

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As dinastias de presidentes de câmara municipal no Portugal democrático: mapeamento e explicação

Rui Jorge Soares Teixeira

Mestrado em Ciência Política

Orientador:

Doutor Luís Manuel Pinto de Sousa, Investigador Assistente,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**As dinastias de presidentes de câmara municipal no Portugal democrático:
mapeamento e explicação**

Rui Jorge Soares Teixeira

Mestrado em Ciência Política

Orientador:

Doutor Luís Manuel Pinto de Sousa, Investigador Assistente,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para minha mãe. Se ela não é quem melhor me conhece é pelo menos quem mais me atura. Deus sabe que a nossa relação nem sempre é fácil mas o amor está todo lá, mesmo nos dias mais difíceis. Um forte obrigado também ao Zé por tudo o que fez pela nossa família.

Agradeço ao meu irmão por não ter nada em comum comigo mas vir a correr para me ajudar se alguma vez me faltasse um palito em casa.

Agradeço aos meus avós, que podem ser pessoas humildes às quais muitos não olhariam duas vezes mas que me passaram valores fantásticos. Muito trabalharam eles para os descendentes terem uma vida melhor e considero esta tese parte do sonho deles.

Não podia deixar de agradecer aos Lords Tiago, fiel companheiro de conversas mais profundas; João, que tantas vezes me inspirou com a sua incrível ética de trabalho; Gonçalo, que nunca olhou duas vezes a ideologias para deixarmos de falar de tanto livro bom e de tanta parvoíce; Zé, que é de uma generosidade desmedida e, claro, ao Rafa, que é o meu adjunto tal como eu sou o dele e o maior cérebro andante que alguém pode conhecer. Foram muitas as vezes que duvidei se podia acabar e eles nunca me deixaram ter a menor dúvida. Mesmo que possam não saber ajudaram-me só por fazermos as coisas que sempre fizemos.

Quero agradecer também ao Nuno e ao Costa por todas as gargalhadas que partilhámos. São dos meus maiores amigos neste mundo e foram a minha maior companhia durante toda a redação desta dissertação.

Um forte e sentido obrigado não poderia ficar por dar ao meu diligente e esforçado orientador Luís de Sousa. Meu caro, sei que nem sempre estivemos nos melhores termos mas não é menos verdade que as únicas pessoas que te criticam são as que te querem ver ter sucesso. Sem os seus preciosos e valorizados conselhos ainda seria o jovem que lhe apareceu à porta do gabinete um dia com mais sonhos do que planos.

Obrigado também ao Jáo Pedro por não saber estar quieto e convidar-me para tantos projetos nos quais aprendo tanto e ao “camarada” Joel por nunca guardar rancores e ter sempre tempo e paciência para ouvir.

Obrigado também à Refood quer de Lisboa quer de Faro por me dar a oportunidade de aprender coisas novas e me dar oportunidade para conhecer mais pessoas fantásticas que tantas vezes tentei emular. Uma palavra especial para a gata da Refood de São Sebastião – ela sabe quem é.

Agradeço também a este meu Portugal que pode ter muitos, muitos, muitos defeitos mas que continua a ser a minha pátria e o solo a que chamo casa.

Resumo

O fenómeno das dinastias políticas está, por esta altura, bem documentado em vários níveis de governo (local, estatal e nacional) numa multitude de países díspares com diferentes níveis de democracia como a Índia, o Paquistão, as Filipinas ou os Estados Unidos, mas as dinastias não foram realmente estudadas em profundidade na Europa em geral e em Portugal em particular. Esta dissertação visa ser o primeiro (tanto quanto o autor sabe) estudo das dinastias políticas em Portugal. Em particular, analisamos as dinastias ao nível local da política que é ele mesmo pouco estudado nos círculos de ciência política em Portugal. Este projeto examina apenas o fenómeno durante o período democrático de Portugal.

Utilizando um método original de deteção de laços de sangue entre presidentes de câmara de um mesmo município criei um "mapa" das dinastias municipais portuguesas. Posteriormente, propus explicar a existência destas dinastias num contexto democrático ao utilizar as explicações dadas por outros autores em relação a outros países e comparar quatro casos. A minha conclusão geral foi que nenhum fator identificado na literatura poderia explicar o surgimento das dinastias em questão porque nenhum estava presente em todos os quatro casos comparados.

Palavras-chave: Dinastia(s), município(s), Portugal, autarcas, comparação

Abstract

The phenomenon of political dynasties is, by this point, well documented in various levels of government (local, state and national) in a multitude of disparate countries with varying levels of democracy such as India, Pakistan, the Philippines or the United States but dynasties have not really been thoroughly studied in Europe in general and in Portugal in particular. This dissertation aims to set the record straight and be the first (that the author knows of) study of political dynasties in Portugal. In particular we look at dynasties at the local level of politics which is itself grossly understudied in Portugal's political science circles. This project only examines the phenomenon during Portugal's democratic period.

By using an original method of detecting blood ties between mayors of a same municipality I created a 'map' of Portuguese mayoral dynasties. With that done I then proposed to explain the existence of these dynasties in a democratic context by attempting to see if the same explanations given by other authors in relation to other countries accounted for the dynasties' existence in four Portuguese municipalities in comparison to each other. My general conclusion was that no single factor identified in the literature could explain the emergence of the dynasties in question because none was present in all four compared cases.

Key words: dynasties, municipalities, Portugal, mayors, comparison

Índice

- Introdução	1
- Capítulo I - Revisão de literatura	2
1. Dinastias: Em busca de uma definição.....	2
2. Dinastias políticas: persistência em tempos democráticos	4
3. Porque existem dinastias políticas apesar das instituições democráticas?	6
- Capítulo II - Problemática e Objetivos	13
1. Problemática	13
2. Objetivos	13
- Capítulo III - Metodologia e Dados	14
1. Razões para escolher o método comparativo	14
2. O método da concordância	16
3. Problemas com o método escolhido	16
4. <i>Research design</i>	17
5. Das entrevistas	20
6. Os parâmetros a comparar	20
7. A respeito do Tribunal Constitucional	24
- Capítulo IV - Resultados e Discussão	25
1. Ourém	25
2. Ponte de Lima	27
3. Celorico de Basto	30
4. Condeixa-a-Nova	32
5. Discussão	33
- Conclusão	35
- Bibliografia	39
- Anexos	42

Índice de tabelas

Tabela 1 – Causas da existência de dinastias políticas em regimes democráticos identificadas na literatura12

Tabela 2- Indicadores que podem explicar o surgimento de dinastias de presidentes numa mesma câmara no Portugal democrático24

Tabela 3 - Fatores que possivelmente explicam o surgimento das dinastias de presidentes de câmara estudadas neste trabalho.....33

Glossário de siglas

CDS – Centro Democrático Social

CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular

CNE - Comissão Nacional de Eleições

CV – *Curriculum Vitae*

MAI – Ministério da Administração Interna (de Portugal)

PIB – Produto Interno Bruto

PS – Partido Socialista (português)

PSD – Partido Social Democrata (português)

TC – Tribunal Constitucional

Introdução

As relações familiares entre governantes estão tantas vezes presentes na política. Pais e filho, avôs e netos, tios e sobrinhos ocupam um mesmo cargo, formando assim uma dinastia. As dinastias políticas têm, enquanto prática, provado ser notavelmente adaptáveis e capazes de sobrevivência mesmo quando confrontadas com enormes desafios. De facto, presidentes, primeiros-ministros e parlamentares partilham sangue muito mais do que ditaria o mero acaso.

Nesta dissertação iremos primeiro explicar a lógica da persistência de dinastias políticas no cenário político crescentemente democrático e competitivo; de seguida iremos atingir uma definição deste fenómeno no nível concreto de estudo (o autárquico) para que possamos identificar os casos no Portugal continental; por fim, iremos procurar identificar, através de uma metodologia concreta e com base na literatura, *possíveis* causas do surgimento de dinastias políticas nas presidências das câmaras portuguesas.

1. Pertinência científica

Em países tão distintos entre si como Filipinas (Querubin, 2016; Mendoza et al, 2012; Labonne et al, 2009), Bangladesh (Amundsen, 2016), Índia (Chibber, 2009), Paquistão, Noruega (Fiva & Smith, 2018), Colômbia (Acemoglu & Robinson, 2006), e Estados Unidos da América (Dal Bó et al, 2009) o fenómeno das dinastias políticas é identificável tanto a nível nacional/federal como local (unidades federais e autarquias) e as suas causas são múltiplas. Na Europa, as dinastias políticas estão pouca estudadas e em Portugal o assunto parece constituir uma grande brecha na literatura académica. O facto de não existir investigação académica sobre o fenómeno, não significa que seja inexistente em Portugal, inclusive no atual período democrático. Não o é de todo. Existem inúmeras relações familiares na política portuguesa a nível nacional, regional e local. Aliás, nos últimos anos, o fenómeno de relações familiares, sobretudo durante o governo socialista liderado por António Costa, tem estado na ordem do dia e amplamente discutido no debate público. Essas relações familiares, como este trabalho pretende demonstrar, são particularmente frequentes na política local, mas não têm a mesma visibilidade mediática. Também por esse motivo, esta dissertação procurou dar visibilidade as relações de poder a nível local, cuja atenção é, por regra, menor (para alguns estudos sobre o poder local em Portugal ver Pires de Almeida, 2012; Antas, 2015).

Também considero este trabalho pertinente pelo facto da metodologia nele utilizada poder vir a ser replicada noutros países.

2. Pergunta de partida

Ao longo da maior parte da História humana em diferentes sociedades e culturas o poder pertenceu ou foi exercido por um pequeno grupo seletivo que contava com uma importante vantagem fosse ela direito

divino, posse das terras, comando das armas ou acumulação de riqueza. Poderíamos facilmente pensar que o aumento dos recursos possibilitado pela revolução industrial e o alargamento dos grupos a que a classe política tem de agradar ou de onde pode recrutar em resultado da democratização (e do aumento do número de repúblicas) levaria necessariamente ao fim da necessidade das dinastias (Smith, 2012) mas tal nunca sucedeu.

Em Portugal em particular, após 45 anos de democracia, seria expectável que as dinastias políticas fossem um legado de uma época de caciques e notáveis locais destinada a desaparecer em favor de um cenário mais moderno. Afinal de contas o mundo é crescentemente democrático e num regime democrático entendido como pleno tem de necessariamente existir uma constante competição pelo poder sob a forma de eleições livres e justas. É uma coisa manter o poder e preparar a sucessão por um familiar quando é esperado que um nobre – como um rei – se mantenha até à sua morte ou, como no caso das democracias censitárias, a concorrência pelo poder é restrita a um número reduzido de proprietários e notáveis que muito provavelmente já se relacionam entre si; outra coisa inteiramente diferente é ter de “defender” o lugar em constantes eleições contra pretendentes que podem ser “recrutados” da generalidade da população e cujo exercício no tempo pode inclusive estar limitado por lei.

Então, porque motivo surgem dinastias na política local portuguesa? De modo a responder a esta pergunta temos de responder a duas sub-perguntas: primeiramente, o que explica a chegada ao poder do fundador da dinastia? Segundamente, o que explica a ascensão de um membro da sua família imediato ao mesmo cargo político?

Esta pergunta de partida tem o benefício de cobrir a questão de as dinastias serem, por definição, um fenómeno prolongado e de autopreservação uma vez que estas são apenas dinastias quando um segundo membro assumir o mesmo cargo que o fundador da dinastia.

Capítulo I - Revisão de Literatura

1. Dinastias: em busca de uma definição

O conceito “Dinastia política” é difícil de definir devido às várias conotações do termo em diferentes culturas e épocas. Trata-se de uma derivação do conceito de “dinastia”, por acréscimo do qualificativo “política”. Talvez seja por isso útil começar por definir o que é uma “dinastia” e posteriormente distinguir este conceito do subtipo “dinastia política”.

“Dinastia” é definida pelo dicionário Merriam-Webster como “uma sucessão de governantes de uma mesma linha de descendência” ou “um grupo (ou família) poderoso que mantém sua posição por um tempo considerável”. O conceito de “família” apesar de assumir conotações diferentes de

sociedade para sociedade é central ao conceito em análise, muito embora uma dinastia política e uma família política não sejam equivalentes.

Segundo Kurtz (1989, p. 335) “uma *família política* existe quando dois ou mais familiares mantêm ou mantiveram cargos públicos”, ou seja, quando os políticos de uma mesma unidade familiar ocupam simultaneamente cargos¹. Ao contrário de uma *dinastia política*, o conceito de *família política* não implica a sucessão e/ou perpetuação no poder de elementos da mesma família. Portanto, a título de exemplo, se dois irmãos ocuparem duas câmaras municipais distintas em simultâneo ou se uma mesma câmara tiver uma multitude de parentes em simultâneo não estamos perante uma dinastia, pois em nenhuma destas situações existe sucessão, apenas simultaneidade no exercício de funções. O segundo exemplo poderá também constituir *nepotismo*, se resultar de práticas de favorecimento de familiares em detrimento de terceiros, no âmbito de processos de recrutamento camarário.

Devemos também notar que é raro uma *família* ser exclusivamente *política*. Os membros de uma mesma família podem ser prominentes em vários sectores profissionais da sociedade como a agricultura, as forças armadas, os negócios, as profissões liberais, a burocracia governamental ou até o desporto e só posteriormente assumirem um papel ativo na vida política, sendo que nem todos terão a mesma ambição. Alguns membros permanecerão nas suas atividades profissionais e até poderão assumir um papel relevante, mas indireto, na construção de uma família política, nomeadamente através do financiamento da campanha dos seus familiares, ou de mobilização do eleitorado, ou ainda de influência em determinados sectores da sociedade.

Uma das dificuldades em trabalhar a problemática das *dinastias políticas* é que estas não correspondem a um único momento, mas sim a um fenómeno que se prolonga no tempo. Em *stricto sensu*, uma dinastia é apenas formada quando o segundo membro de uma mesma família assume uma posição equiparável à do seu antecessor (Patrikios & Chatzikonstantinou, 2015), o que necessariamente significa que as ações do fundador da dinastia só podem ser vistas de forma retrospectiva. A literatura dedicada ao tema, tem vindo a evoluir no sentido de identificar e diferenciar várias nuances do conceito. Neste sentido, Geys e Daniels (2017) definem “*políticos dinásticos*” (ou de origem dinástica) como aqueles que têm graus de parentesco biológicos ou de afinidade com outros indivíduos que anteriormente ocupavam cargos políticos. Na ótica destes dois autores, os políticos dinásticos podem ser de *âmbito restrito* e *amplo*. Os de âmbito restrito, são apenas contabilizados se sucederem de imediato ao seu parente no mesmo cargo ou nível de governação (por exemplo, deputados por um círculo eleitoral diferente, governadores de um outro estado, presidentes de uma outra câmara); os de âmbito amplo, são contabilizados se obtiverem um cargo político durante ou após a estadia de um familiar num cargo eleito mesmo que a um nível diferente. Já Patrikios &

¹ Não confundir com as *famílias políticas* no sentido partidário como, por exemplo, os sociais-democratas de diferentes países representados no Parlamento Europeu

Chatzikonstantinou (2015) distinguem entre dinastas *hard* como aqueles que têm/tiveram mais de um parente em política e dinastas *soft* como aqueles que têm/tiveram apenas um parente em política (p. 16-17).

Por sua vez, Smith (2012) fala em “políticos de legado (familiar)” ao reconhecer que famílias políticas criam vantagens para os seus membros em futuras eleições numa “vantagem de incumbente hereditária”. Esta vantagem consiste no estabelecimento e mobilização de redes de contactos com pessoas influentes e experientes, no reconhecimento social do nome da família (*name branding*), e na facilidade de angariar fundos e de gerir uma campanha eleitoral.

Tudo isto somado, para os propósitos deste trabalho, será considerada uma dinastia autárquica ‘*a ocupação da chefia do executivo de uma câmara municipal portuguesa por, pelo menos, dois membros de uma mesma família relacionados biologicamente entre si com proximidade (pai e filho, tio e sobrinho, avô e neto, irmãos) de forma consecutiva ou não, sempre pelo mesmo partido ou liderança de coligação de partidos e como resultado de eleições*’.

2. Dinastias políticas: persistência em tempos democráticos

As teorias de modernização sugerem uma transição progressiva de formas tradicionais de organização e de exercício do poder, assentes nas relações familiares, laços e identidades primárias e práticas particularistas, para formas modernas, assentes na emancipação e autonomização do indivíduo, na complexificação das relações sociais, na agregação e representação de interesses, na racionalidade burocrática e na delimitação do exercício do poder pela lei e pela ética. O processo de modernização conduziu o mundo ocidental a uma forma de governo que rejeita os laços familiares como forma de representação de interesses e de exercício do poder. A democracia rege-se por princípios de equidade, imparcialidade, alternância e prudência, não sendo compatível com a noção de “dinastia política” (Weber, 2001; Parsons, 1964; Huntington, 1966).

Dito isto, os processos de modernização política não são lineares e a apropriação transversal dos valores democráticos não se faz por decreto, nem se processa de forma harmoniosa por todo o território e por todos os segmentos da população. Como referiu Mény, a democracia dos nossos dias resulta de uma combinação de elementos democráticos e elementos não-democráticos (Mény & Surel, 2002).

A existência de dinastias políticas nas eras moderna e contemporânea não tem escapado aos académicos há já mais de um século e dois contributos são de particular interesse. Primeiramente, Michels (1911) concebeu aquilo a que chamou *a lei de ferro das oligarquias* alegando que “mesmo nas organizações democráticas, a liderança, uma vez eleita, entrincheira-se no poder, minando o princípio democrático do ‘*level playing field*’”. Essa perpetuação ocorre devido às famílias políticas disfrutarem de traços subjetivos hereditários que as fazem superiores como o talento e a inteligência.

Segundamente, Mosca (1939) argumentava que não é possível existir governação sem a existência de uma elite a que chamou “classe política”. No seu entender a *classe política* é como todas as outras classes na medida em que “mostra a tendência a se tornar hereditária, *de fato*, se não mesmo na lei (*de jure*)” e que apesar de ser possível praticamente qualquer pessoa ingressar na elite política das mais variadas formas “um vínculo familiar com os que já estão no poder confere várias vantagens”.

Desenvolvimentos como crescente democratização, enriquecimento geral da população, fortalecimento dos partidos e a realização de eleições competitivas deveriam gerar uma crescente probabilidade de perder o cargo com cada eleição e consequentemente levar ao fim do dinasticismo mas tal não se sucedeu. Decerto, passadas várias décadas (ou até séculos) de democracia podemos notar uma clara correlação entre crescente democratização e o declínio das práticas dinásticas (Dal Bó et al, 2009; Leijenaar & Niemöller, 2003; Gallagher, 1985, 2003), mas não é menos verdade que declínio não constituiu um fim definitivo e existem ainda muitas dinastias. Outro possível atenuante à proliferação ou manutenção de dinastias políticas seria o desenvolvimento dos partidos políticos enquanto agrupadores de interesses (Amundsen, 2016 p. 50) em que é perfeitamente espectável que os militantes e altos quadros tentem travar a formação de uma dinastia se o herdeiro designado for visto como muito despreparado, sobretudo para uma eleição em que terá concorrência de peso (Dal Bó et al, 2009 p. 14).

Em tempos idos a sucessão dinástica era simplesmente algo a esperar e as leis de sucessão eram tão rígidas que nem o próprio rei podia escolher o seu sucessor e estava limitado ao seu filho primogénito. O mais notável a observar na nossa modernidade democrática é que a fundação de uma dinastia política é um investimento bastante dispendioso em recursos como o capital político cujo sucesso nunca é garantido devido ao grande número de *challengers* que podem ser recrutados da população geral. Os aspirantes a fundar uma dinastia podem disfrutar de muitas mais opções na escolha de um herdeiro, mas têm de ter sempre em mente que tal exige sempre um grande investimento pessoal. Como tal, a literatura levar-nos-ia à conclusão de que a existência de tantas dinastias não pode ser de todo uma coincidência.

No entanto - indo contra tudo o que explicitarei até aqui - deve também ser dito que existe uma linha de investigadores que considera que algumas dinastias não são de todo o resultado de um projeto consciente por parte de um fundador que deseje perpetuar o poder da família *ad aeternum*. As dinastias podem ser uma mera coincidência pois da mesma família podem fazer parte duas pessoas com capacidade ou credenciais para a política (Fiva & Smith, 2018). Em alguns casos o pai ou irmão podem avançar a carreira do filho ou irmão mas noutros casos pode ser uma decisão autónoma e mais *apesar* dos desejos do familiar em oposição ao *expresso desejo* do pai/irmão em ver um familiar a suceder-lhe ou seja em certos casos a dinastia existe não devido a uma estratégia de autopreservação ou por a política ser o sustento da família (nomeadamente onde a família já tem os seus próprios

recursos) como indicam os estudos das sociedades mais pobres (Querubin, 2016; Amundsen, 2016) mas devido às ambições pessoais dos indivíduos que compõem o coletivo familiar. Portanto, por vezes a dinastia é mais coincidência do que um *design* propositado.

3. Porque existem dinastias políticas apesar das instituições democráticas?

Se acreditarmos que durante quase toda a História o poder se manteve nas mãos de um tão reduzido número de pessoas devido a grandes desigualdades de riqueza e à falta de institucionalização política então seria apenas natural presumir que o advento da revolução industrial e da democracia moderna e seus subsequentes desenvolvimentos levariam a um nivelamento do *playing field* em favor da maioria da população (Coppinolle, 2020). Por outras palavras, o aumento dos recursos na sociedade e as novas avenidas para o poder deveriam fazer das dinastias políticas algo do passado (Huntington, 1966). Sendo o dinasticismo político considerado um tipo de autoridade política tradicional na tipologia weberiana o declínio na sua frequência deve ser tratada como uma clara evidência da modernização (ou institucionalização) do sistema político (Patrikios & Chatzikonstantinou, 2015 p. 5-6).

No entanto, as dinastias existem também em democracias mais e menos consolidadas. Por vezes uma mesma dinastia sobrevive às transições de regime para regime, por outras vezes surgem já em contexto democrático. A ideia de que as dinastias aparentam ser infinitamente moldáveis às alterações em seu redor (Dal Bó et al, 2009) deve sempre permear o nosso estudo das mesmas.

3.1. Instituições económicas

A ideia de que maior riqueza entre a generalidade da população geraria os recursos necessários para que aqueles que tanto tempo estiveram fora dos círculos do poder não é tão bem sustentada quando temos em conta que nem todos os países desfrutaram de um igual nível ou ritmo de enriquecimento nas últimas décadas e que mesmo nos países mais ricos persistem ainda grandes desigualdades entre diferentes regiões e localidades. Olhemos agora de mais perto para esta questão das desigualdades recorrendo a diferentes exemplos.

Começando pelo continente americano olhamos para o contributo valioso de Acemoglu e Robinson (2008) que observam que as elites se podem perpetuar no poder mesmo em meio de concessão de mais direitos políticos às massas (democratização) ao manter o controlo *de facto* das instituições económicas. O argumento central propõe que as elites oligárquicas “sobrevivem” à transição democrática porque expandem os direitos políticos *de jure* enquanto guardam para si o poder *de facto* que não cai em nenhuma das instituições formais de Estado. Uma forma clara deste modelo é expandir o direito de voto mas dar a escolher ao eleitorado entre dois candidatos brancos da aristocracia proprietária de terras. Apesar das elites recorrem também à violência política e fraude eleitoral a sua tática mais frequente para se manter no poder consiste em impedir propositadamente o desenvolvimento socioeconómico da sua população de modo a fazer da elite política um “clube”

exclusivo fechado a novos membros. Assim, apesar da mudança das instituições políticas ao longo dos séculos as mesmas famílias constituem os círculos de poder. Os autores dão como exemplo desta situação toda a História democrática da Colômbia enquanto república independente mas toda a América Latina é paradigmática (p. 50-51).

Outra explicação para a persistência de dinastias políticas é que estas beneficiam das graves carências socioeconómicas da população e ausência do Estado no dia a dia. As dinastias indianas, paquistanesas e bengalis em particular têm em determinadas porções do território nacional círculos eleitorais que servem como “bases de operações” em que políticos dinásticos garantem um fluxo contínuo de bens e serviços sob a forma de relações clientelares e em troca exigem votos (Ruud, 2011) pelo que a política nestes países muitas vezes se resume a um conflito entre as famílias X e Y que respetivamente controlam as regiões A e B (Amundsen, 2016). Isto parece indicar que nesta região do mundo os partidos tomam proveito da incapacidade do Estado em fornecer determinados serviços para servirem como a principal instituição.

Se do ponto de vista da população destas zonas pobres os membros da dinastia são a quem recorrem para obter recursos e serviços do ponto de vista das elites existe também muito a se ganhar da situação. Estas últimas procuram desesperadamente construir redes clientelares de modo a ter uma constante fonte de apoio que lhes permite manterem-se em cargos dos quais derivam uma vida confortável (Querubin, 2016 p. 176). Numa sociedade em que uma das melhores maneiras de garantir uma boa vida para o próprio e para a família é a política a criação de dinastias políticas tem um incentivo particular. Este é o caso nas Filipinas – muitas vezes “coroadas” campeãs do mundo no dinasticismo político (Fiva & Smith, 2018, p. 6) – onde muita da política é baseada no clientelismo (Querubin, 2016 p. 156). Em tal país quer a nível nacional quer a nível local a política é vista como o negócio de família em que pelo menos um membro tem de ocupar um cargo num dado momento de modo a garantir a posição de toda a família na sociedade (Querubin, 2016).

3.2. Instituições políticas: partidos e eleições

3.2.1. *Pork Barrel politics*

Se é verdade – como explicitámos no ponto anterior - que existe uma relação entre surgimento/manutenção de dinastias políticas e a condição económica dos eleitores que sustentam tais dinastias qual o sentido desta relação? Por outras palavras estamos perante uma clássica situação do “ovo e da galinha” (Mendoza et al, 2013): as dinastias surgem num contexto de pobreza generalizada ou a pobreza vem precisamente de uma mesma família ter um apertado controlo do poder político e daí retirar benefícios próprios - um pouco como explicitam Acemoglu & Robinson (2007)?

De modo a responder a esta pergunta Mendoza et al (2013) elaboraram um extensivo estudo acerca das relações entre as dinastias e pobreza. Seguindo a linha de Asako (2010) chegam à

conclusão de que os círculos eleitorais com representantes dinásticos aparentam ser aqueles que mais fundos recebem do governo central mas em que o crescimento económico é mais ténue e em que o nível de vida da população não tende a subir de forma significativa. Como o próprio Mendonza (2012) afirma “os pobres podem esperar pouco mais do que buscar o apoio dos patronos locais. Esta situação ajuda a consolidar a política e a governação baseadas na personalidade. Consequentemente, as dinastias políticas podem ser vistas como uma manifestação de desigualdades económicas na esfera política”. Isto leva Mendoza et al (2013) a concluírem que esforços proativos de redução de pobreza e a perpetuação de uma mesma família no poder estão deveras interligadas e que não é de todo do interesse dos dinastas que a pobreza desapareça pois é a compra do voto dos mais pobres sob a forma de patrimonialismo que garante uma constante permanência no poder. Setyaningrum e Saragih (2019), no seu estudo das dinastias indonésias, igualmente concluem que é a falta de boa governação que leva à pobreza que por sua vez cria as condições ótimas para o surgimento das dinastias e estas mantêm-se continuando más práticas governativas de modo a manterem a população pobre e dependente de patrimonialismo.

Dinastias são por vezes consideradas positivas - pelo menos em teoria - pois a concentração de sucessivos mandatos numa única unidade (família) leva à implementação das mesmas políticas com vista a realizar um projeto concreto de longo prazo em oposição a ter diferentes partidos a desfazer os projetos uns dos outros (Mendoza et al, 2013 p. 2; Tusalem & Pe-Aguirre, 2013 p. 2). No entanto, a literatura revela que isto é largamente uma falsidade: Tantri e Thota (2017) medem a performance de dinastas e não dinastas através de métricas como o crescimento do PIB per capita da população total, o crescimento do PIB per capita dos trabalhadores, o crescimento do número de hospitais, o crescimento na construção de estradas e a criação de empregos (medida tanto pelo investimento feito por empresas estatais como pelo dinheiro gasto em programas de emprego garantido). O que descobrem não é surpreendente no contexto da literatura (Setyaningrum & Saragih, 2019; Tusalem & Pe-Aguirre): os políticos dinastas têm um pior desempenho no que toca a fornecerem bens e serviços, criar emprego ou zelar pelo bem-estar socioeconómico da população (Tantri & Thota, 2017 p. 21). Os autores alertam, no entanto, que medir a performance dos dinastas através de medidores económicos tão gerais como o rendimento per capita pode levar a dados deturbadas (p. 2).

Onde o Estado deixa de garantir o bem-estar geral e a população se sente abandonada, essa mesma população recorrerá a fontes não oficiais dos meios de vida necessários. Se os partidos políticos fracassarem, as pessoas voltar-se-ão para a próxima melhor coisa - a família política; se o estado falhar, as pessoas recorrerão ao governo local (Tusale & Pe-Aguirre, 2013, p. 381). Os dinastas têm então um cenário de dependência que justifica o seu poder e riqueza que podem explorar e que não têm incentivo para terminar.

Podemos então concluir que as dinastias não criam a pobreza que as rodeia (Setyaningrum & Saragih, 2019; Mendonza et al, 2013) mas que também pouco ou nada fazem para a reduzir pois

manter as populações locais dependentes de patrimonialismo justifica o poder das elites. Assim, pode considerar-se que uma das principais causas do surgimento de dinastias é a ausência de um Estado que controle os programas sociais e que seja a instituição à qual as pessoas se viram para resolução de problemas.

3.2.2. *Incumbency advantage*

Muito antes de chegar a representante eleito um membro de uma dinastia tem de se tornar no candidato por um cargo e uma das melhores abordagens é certamente tornar-se no candidato de um partido. No entanto, uma vez num partido um dinasta tem muitos colegas que podem competir consigo por um lugar na lista. Porque motivo optam então os partidos por ir a eleições com candidatos deste tipo?

Dal Bó et al (2009) na sua análise das dinastias do congresso dos Estados Unidos da América creem que a perpetuação no poder é o resultado daquilo a que chamam um “autotratamento” que pode ser entendida como uma simples correlação de que independentemente das características da família (frequentarem universidades privadas, serem abastadas, deterem propriedades ou traçarem a sua linhagem às origens do Estado) passar mais tempo num dado cargo público aumenta as probabilidades de fundar uma dinastia. No seu estudo do Congresso americano os autores descobrem que “uma longa estadia” aumenta a probabilidade de ter um familiar a seguir as suas pisadas em cerca de 70%) (p. 3). Os autores utilizam um adágio próprio para resumir a sua tese: *power begets power*, ou seja, “*o poder gera mais poder*”. Rossi (2014), no seu estudo das dinastias políticas no parlamento argentino, observa que a probabilidade de fundação de uma dinastia aumenta em 8% com cada novo mandato de 5 anos. Assim, poderíamos afirmar que se um representante eleito que acumule sucessivas reeleições está a acumular também capital político suficiente para convencer tanto o partido como os eleitores a escolherem o seu herdeiro designado como seu sucessor (Dal Bó et al, 2009 p.5).

A pesquisa de Smith e Fiva (2018) demonstra que em eleições centradas em partidos – como no seu exemplo da Noruega - a vantagem do incumbente não é de todo transferível entre membros de uma família mas tal muda quando as eleições passam a conduzir-se em torno de personalidades (p. 26) sustentando assim os trabalhos de Coppenolle (2020, p. 8) e Querubin (2016, p. 176). Devemos, no resto deste trabalho, ter esta distinção em mente uma vez que as eleições locais podem dar mais proeminência a pessoas do que partidos.

3.2.3. *Safe seats*

Outro fator pesa em favor da formação de dinastia é um mesmo círculo eleitoral ser sucessivamente ganho pelo mesmo partido.

Olhando de novo para o caso americano e em particular para a relação entre partidos e eleições podemos constatar com facilidade que os partidos Republicano e Democrata disputam de forma séria

apenas uma proporção reduzida dos 50 estados da União uma vez que existem grandes certezas que determinados estados serão mais uma vez ganhos pelo mesmo partido. A estes estados - em oposição aos *swing states* - podemos chamar “fortalezas” ou “seguros”. Como afirmam Dal Bó et al (2009 p. 4) num contexto em que a competição partidária é menor a liderança estadual e nacional do partido pode dar-se ao luxo de favorecer candidatos de uma família política já estabelecida mesmo que estes não tenham as melhores características pessoais pois em estados fortaleza o custo associado ao candidato não ser o melhor possível é insignificante enquanto o retorno privado para favorecer amigos e familiares pode ser substancial uma vez que estes candidatos contam já com as suas próprias redes de colaboradores, especialistas, doadores e favores (p. 14).

No contexto das eleições legislativas, um sistema proporcional de lista fechada significa que os partidos decidem o curso da carreira política dos seus membros e tendem a colocar os candidatos mais leais ao partido nas corridas eleitorais seguras, guardando os candidatos de melhor qualidade para as corridas mais incertas (Galasso & Nannicini, 2015 p.16).

3.2.4. Organização partidária: partidos centralizados, descentralizados e personalistas; ideologia

A manutenção de dinastias na lógica partidária justifica-se também pela própria *estrutura e regras internas dos partidos*. Na Índia, no Paquistão e no Bangladesh os principais partidos políticos nos níveis nacional e regional são dinásticos (Amundsen, 2016; Rais, 2009) e o grau de democracia interna é muito limitado com a liderança de topo a ser escolhida entre uma única família (Chhibber, 2009). A tomada de decisão, incluindo a seleção de lideranças, é amplamente informal e tratada por um número restrito de elites do partido que muitas vezes devem o seu lugar ao líder favorecer as suas carreiras. Neste contexto de grande centralização o líder pode até designar “a dedo” o seu sucessor e ter os altos quadros a carimbarem a sua decisão. Muitas vezes, os líderes asseguram que é cumprida a sua vontade literalmente comprando os votos necessários (Amundsen, 2016). Isto indica-nos que as dinastias são mais prováveis quando os partidos com capacidade para ganhar eleições são centralizados e focados na figura do líder.

Já nos Estados Unidos da América as opções familiares podem ser justificadas por a política americana ser essencialmente dominada por dois grandes partidos que, apesar de disporem de muitos recursos e renome entre os eleitores, não são centralizados na sua tomada de decisões e que muitas vezes, em termos práticos, são meros slogans para políticos preponderantes a nível mais local (Dal Bó et al, 2009, p. 14). Ao fazer os cálculos em relação a despesas e ganhos os partidos concluem que é proveitoso deixar uma família proeminente concorrer com o nome do partido ou até tornar-se sinónima com o partido naquela localidade se esta gastar os seus próprios recursos e amealhar vitórias para o partido. (Teixeira & Freire, 2011; Rahat & Hazan, 2001, 2006).

Outra explicação é que é incorreto assumir que os partidos são sempre organizações refinadas com o propósito de organizar os interesses de uma coletividade que partilha ideias e projetos. Alguns

partidos são meramente veículos pessoais de personalidades notáveis que procuram avançar ou manter a sua carreira política (Gunther & Diamond, 2003 p. 187). Este é largamente o caso das Filipinas em que, e ao contrário dos Estados Unidos e das restantes democracias asiáticas, os partidos não são parte integral da política nacional e o sistema partidário sofre constantes mudanças. Devido à fraqueza organizacional dos partidos as famílias assumem o papel de unidade de organização política de primeira ordem nas Filipinas (Querubin, 2016, p. 156).

É também interessante verificar que as dinastias políticas não parecem sequer ser totalmente incompatíveis com determinadas ideologias políticas. De facto, observa-se que os partidos com uma carga ideológica maior são os mais autoritários e, conseqüentemente, mais centralizados na escolha dos candidatos (Rahat e Hazan, 2001, 2006), recompensando os que são mais leais à direção e estão em maior conformidade ideológica (Lundell, 2004). Um exemplo é os partidos comunistas. É necessário olhar apenas para a Coreia Norte para encontrar uma ditadura comunista com uma sucessão dinástica em que o poder passa de pai para filho apesar da ideologia de um partido que é rigidamente estruturado em todos os aspetos. (Brownlee, 2007).

Podemos concluir sobre a relação entre dinasticismo e partidos que tanto em contextos de partidos organizados mas descentralizados (Dal Bó et al, 2009, p. 14) como em partidos fortemente centralizados (Amundsen, 2016; Rais, 2009; Chibber, 2009) uma vez escolhido o candidato a população tem pouco mais a fazer do que confirmar a eleição de alguém que foi escolhido através dos mecanismos internos do partido. Outra observação importante, feita por Coppenolle (2020 p. 9), é que em democracias plenas o dinasticismo, se alguma coisa, só se torna mais legítimo pois a votação popular confere tal legitimidade a um candidato que é eleito perfeitamente dentro dos limites da lei.

3.2.5. Relação entre poder local e nacional

Pegando em tudo aquilo que tem vindo a ser exposto até aqui iremos agora verificar que a nível local e em democracia as dinastias políticas se originam sempre da mesma forma.

Primeiro devo começar por indicar que um aspeto curioso das dinastias é que acabam sempre por estar proximamente associadas a determinadas localidades: muitas vezes um determinado clã ou família tem primeiro de se firmar a nível local ou estadual (nos países federais como Índia ou Estados Unidos) antes dos seus membros “darem o salto” para a governação nacional e mesmo quando atingem órgãos de governação nacionais como o ramo legislativo na nação representam o círculo eleitoral onde a família tem já créditos firmados. No entanto, em outras ocasiões, seja por impossibilidade ou mera comodidade uma família decide manter a sua demanda por poder confinada ao poder local – podendo até querer expandir-se para autarquias distintas da de onde se originou.

Kenawas (2015) teoriza que o surgimento de dinastias políticas a nível local em democracia tem uma explicação que diz respeito às relações entre os poderes central e subnacional: mudanças

institucionais em relação à forma de seleção de líderes de um sistema autoritário centralizado para um sistema descentralizado e democratizado pode levar à consequência indesejada do surgimento de dinastias políticas no nível subnacional. Isto deve-se ao facto de o líder autocrático ser em larga medida quem seleciona os autarcas. Um ditador em tal posição pode certamente empoderar um clã local que lhe seja leal mas também não é menos verdade que pode igualmente jogar diferentes fações umas contra as outras de modo a que nenhuma amontoe demasiado poder em deterioramento das outras. Por outras palavras, é precisamente a ação do governo central que impede a existência de dinastias políticas. Com o advento da democracia e “retirada” do governo central das questões de liderança local as elites locais têm finalmente a possibilidade de se “soltarem das suas correntes” e realizar o seu potencial para fundarem uma dinastia política.

Outra explicação para o surgimento de dinastias a nível local já foi aludida nesta revisão e diz respeito ao facto de elites locais deterem vantagens materiais e de contactos (Dal Bó et al, 2009; Geys & Daniels, 2017; Smith, 2012). Kenawas (2015) considera que nas democracias já consolidadas o nome é mais importante (um exemplo é a dinastia presidencial Bush nos Estados Unidos) enquanto que nas democracias ainda em desenvolvimento o poder advém da acumulação de riqueza material e subsequente distribuição da mesma sob a forma de patrimonialismo (p. 4).

Por último a dinastia a nível local pode ser vista não como um projeto ambicioso de uma família mas sim como um mecanismo de sobrevivência: os ocupantes precisam construir uma dinastia política a fim de mitigar os riscos que podem ocorrer durante e/ou após a saída do cargo (Mendoza et al, 2012, p. 132). Estes riscos incluem perda de estatuto social, perda da fonte de rendimento da família e até possível prossecução judicial por irregularidades praticadas enquanto incumbente (Kenawas, 2015). Quando o líder da dinastia não for mais capaz de trazer riquezas para casa devido a limite de mandatos ou causas naturais um dos seus familiares já está mais do que pronto para assumir o cargo público e a chefia da família de modo a garantir um estilo de vida cómodo a todos os membros. Esta teoria vem de encontro ao que, a título de exemplo, Querubin (2016) afirma sobre a maneira como política é conduzida nas Filipinas.

Tudo somado devemos ter em mente para o resto deste trabalho que as dinastias são infinitamente moldáveis e adaptáveis. Apesar de um declínio em tempos mais recentes (Smith, 2012; Dal Bó et al, 2009, p. 4) o fenómeno dinástico existe desde os tempos mais antigos até ao período atual desde as sociedades tribais até às democráticas e passando por todas as épocas entre estas duas. As dinastias existem nos países mais e menos desenvolvidos (Dal Bó et al, 2009; Querubin, 2016; Mendoza et al, 2013); onde há república e onde há monarquia; existem nos parlamentos (Rossi, 2014; Patrikios & Chatzikonstantinou, 2015; Tusalem & Pe-Aguirre, 2013) e executivos da nação (Dal Bó et al, 2009) e nas mais pequenas autarquias (Kenawas, 2015; Querubin, 2016) existem onde as desigualdades socioeconómicas são tanto maiores como menores; existem onde os partidos são fortes (Amundsen,

2016; Rais, 2009; Chibber, 2009) e onde são fracos (Querubin, 2016); existem onde o Estado está mais e menos presente (Setyaningrum & Saragih, 2017; Tusalem & Pe-Aguirre, 2013).

A nossa revisão de literatura em relação às causas do surgimento e manutenção de dinastia em democracia está resumida na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Causas da existência de dinastias políticas em regimes democráticos identificadas na literatura

Autores	Ano	Origem da dinastia em democracia explicada por	País estudado
Hess	1966	Nome, contactos locais, ascendência ilustre (melhor manteiga)	Estados Unidos da América
Dal Bó et al	2009		
Fiva & Smith	2018		
Acemoglu & Robinson	2008	Controlo <i>de facto</i> das instituições económicas	Estados Unidos da América, Colômbia em particular e América Latina em geral
Ruud	2011	Compra de voto, patrimonialismo, clientelismo	Índia, Bangladesh, Paquistão
Querubin	2016		
Mendoza et al	2013		
Amundsen	2016	Partidos desempenharem funções do Estado	Índia, Bangladesh, Paquistão
Setyaningrum & Saragih	2019		
Tusale & Pe-Aguirre	2013		
Dal Bó et al	2009	<i>Incumbency Advantage</i>	Estados Unidos da América
Rossi	2014		
Fiva & Smith	2018		
Dál Bo et al	2009	<i>Safe seat</i>	Estados Unidos da América
Chhibber	2009	Partidos serem centralizados	Índia
Querubin 2016	2016	Partidos serem personalistas	Filipinas
Dal Bó et al	2009	Partidos serem muito	Estados Unidos da América

		descentralizados	
Kenawas	2015	Relação entre o poder central e o local	Indonésia

Baseado no quadro elaborado por Kenawas (2018 p. 13)

Capítulo II – Problemática e objetivos

1. Problemática

A nossa problemática é que a grande maioria da literatura supracitada nos fornece explicações para a origem e manutenção de dinastias políticas nos órgãos de poder apenas à escala nacional (Dal Bó et al, 2009; Acemoglu & Robinson, 2006; Chibber, 2009; Smith, 2012; Fiva & Smith, 2018; Amundsen, 2016; Rossi, 2014; Setyaningrum & Saragih, 2019). O nível local é muitas vezes explorado apenas como a origem das elites que governarão o país (Querubin, 2016). Para mais a literatura existente foca-se pouco na Europa e consequentemente é uma matéria pouco trabalhada em Portugal.

2. Objetivos

Os nossos objetivos passam por (1) mapear o conjunto de casos de acordo com o conceito operacional de dinastias políticas autárquicas, (2) identificar na literatura de referência um conjunto de fatores explicativos ou condições necessárias e suficientes da emergência das dinastias políticas autárquicas e (3) explicar a emergência das dinastias políticas autárquicas em Portugal, procurando identificar o fator e/ou conjugação de fatores preponderante em cada caso.

Capítulo III – Metodologia

Sendo a pergunta de partida “quais as razões que explicam a emergência das dinastias políticas na política local portuguesa?” cumprir o objetivo delineado passa por responder a duas questões subsidiárias: primeiramente, o que explica a chegada ao poder do fundador da dinastia? Segundamente, o que explica a ascensão de um membro da sua família imediato ao mesmo cargo político?”

Deste modo, preciso de seguir a definição de “dinastias política autárquica” que criei no final da revisão de literatura e averiguar as suas causas com base na literatura existente, identificar casos deste fenómeno no nível autárquicos em Portugal (pós-1976) e posteriormente compreender se existem fatores que permeiam a emergência de dinastias em diferentes autarquias.

1. Razões para escolher o método comparativo

O objetivo da comparação é *ilustrar, explicar* ou *compreender* melhor um determinado argumento. Charles Ragin (1987) afirma inclusive que o conhecimento comparativo “oferece a chave para compreender, explicar e interpretar”. No entanto, não é despropositado dizer que todo o conhecimento

visa precisamente esse aprofundamento e aperfeiçoamento. Então o que faz da comparação excecional no seu próprio direito? O que distingue a comparação é esta ser, no fundo, uma forma de verificar se uma determinada generalização ou hipótese se mantém válida a todos os casos que é aplicada (Sartori, 1994). No caso deste trabalho utilizarei o método comparativo para verificar se as variáveis escolhidas podem verdadeiramente ser explicativas do surgimento de dinastias políticas nas autarquias portuguesas.

A ideia do método comparativo (como os restantes qualitativos) ser uma “ferramenta” constrangedora e que é, por associação, de menor qualidade que o quantitativo está largamente ultrapassada na convenção literária (Lijphart, 1975; Rose & Mackenzie, 1991) pelo que creio não haver um grande complexo a ser feito sobre esta escolha. Como afirma o próprio Lijphart: “o método comparativo nada mais é do que o método estatístico em circunstâncias relativamente desfavoráveis, mas improváveis” (Lijphart, 1975 p. 163).

1.1. *Small N*

Desde logo a melhor justificação para recorrer ao método comparativo ao invés de qualquer outro é este trabalho se desenvolver em torno de um número muito reduzido de casos (*small N*).

Deve ficar perfeitamente claro que esta será um análise extremamente focado e localizada num número reduzido de casos. O objetivo não é tanto contribuir para o estudo das dinastias políticas com mais um estudo estatístico sobre as dinastias de um dado país mas fornecer à literatura casos concretos que podem ajudar a ilustrar de forma mais vívida *como* se forma uma dinastia. Ebbinghaus (2006) crê, de resto, que o aumento de casos numa investigação do tipo quantitativo tem como objetivo poder ser feitas melhores *generalizações* sobre a temática em questão enquanto que o aumento dos casos numa pesquisa qualitativa adiciona camadas de complexidade a um tema (p. 4017). Como tal, é preferível uma pesquisa comparativa utilizar poucos casos de modo a que as conclusões em relação a tipologia e caracterização da mesma.

1.2. Maior detalhe

A análise comparativa é também boa porque a sua natureza qualitativa permite olhar de perto para detalhes importantes que são ignorados pelos métodos quantitativos (Lijphart, 1975 p. 171). Por outras palavras, é um método que requer grande nuance e que, conseqüentemente, permite investigar conhecer com grande detalhe um número limitado de casos ao invés de saber apenas um pouco sobre uma grande quantidade de observações. Comparar vale, portanto, a pena porque “paradoxalmente, a singularidade só pode ser demonstrada por meio de comparação sistemática” (Rose & Mackenzie, 1991).

1.3. Adaptabilidade

Outra “virtude” dos métodos qualitativos como o comparativo é que, ao contrário do método quantitativo, não sofre de uma inerente busca de determinismo que faz com que as suas conclusões sejam “mandadas abaixo” por um *outlier* que se desvie da regra (Sartori, 1991 p. 251). Os métodos qualitativos têm, portanto, uma muita maior margem de manobra pela sua mera natureza e permite.

Este trabalho foge também ao problema da análise qualitativa relacionado com a comparação nacional uma vez que trata apenas casos subnacionais num mesmo país.

2. O método da concordância

Entre as diferentes abordagens dentro do método comparativo aquele que usarei será o método da concordância. Este método compara diferentes casos positivos em que se verifica o fenómeno que se pretende estudar de modo a encontrar o fator causal que é comum e que pode explicar o resultado final. Se duas ou mais instâncias de um mesmo fenómeno (Y) têm fatores (X) em comum então esses fatores são causais do fenómeno (Skocpol & Somers, 1980 p. 184).

As limitações do método da concordância são (I) não garantir que estaremos a considerar todas as variáveis e fatores relevantes e (II) o método só olhar para casos positivos: nos casos negativos o fator pode manifestar-se e não produzir o mesmo fenómeno – não existe variação da variável dependente do fenómeno.

3. Problemas com o método escolhido

Aquando da realização de uma comparação é importante ter em mente que este método tem particularidades que devem ser sempre tomadas em conta de modo a termos uma melhor e mais substantiva comparação.

Primeiramente, é crucial reter que seguindo a linha de pensamento de Sartori (1991) quaisquer duas – ou mais – coisas são apenas comparáveis até certo ponto (as laranjas e maçãs de que falava).

O segundo ponto é que, como afirma Rose & Mackenzie “as explicações das diferenças entre as nações são afirmações probabilísticas, pois a *ciência política não é uma ciência mecânica*. Afirmações sobre a variação entre uma dúzia ou duas dúzias de nações industriais avançadas provavelmente são afirmações de tendência” (1991 p. 449) e como tal devemos ter um cuidado especial a tratar as conclusões a retirar do nosso estudo.

De seguida, o método comparativo requer ao investigador que escolha os seus casos com base naquilo que pode ser comparado pelas suas semelhanças. Devido a casos comparáveis serem raros isto necessariamente tem como consequência a criação e categorização de uma tipologia que parte de uma *análise muito circunscrita* e com um claro *bias* do investigar na escolha dos casos (Holt & Turner, 1970 p. 13). Esta preocupação é também explicitada por Ebbinghaus (2006): “[o]utra crítica feita aos estudos com N-pequeno é o problema de “bias de seleção”.

Por último, se é verdade que o método quantitativo leva a generalizações não deixa de ser observável que o método qualitativo sofre de uma enorme fraqueza que consiste de deixar o investigador com a *impossibilidade de assumir qualquer tipo de generalização* a partir de uma comparação entre casos que ele mesmo escolheu. Esta observação constitui o problema do *bias do investigador* (Holt & Turner, 1970 p. 13; Geddes, 1990; King et al, 1994).

Uma dificuldade particular ao tipo de estudo que me comprometo a realizar resulta do tema escolhido: um grande problema em torno do estudo de dinastias políticas é que estas se tratam de todo um fenómeno ao longo do tempo que transcende as ações de um único indivíduo, portanto por vezes estamos a olhar para as ações do fundador e por outras estamos a analisar o comportamento do(s) seu(s) sucessor(es). Neste trabalho em concreto, devido a nenhuma das dinastias em análise exceder mais que uma geração (são todas de pai-filho ou irmão-irmão) em virtude da relativa juventude da democracia portuguesa olharei mais de perto para o papel que os pais e irmãos mais velhos dos sucessores tiveram no processo de assistir a um familiar assumir a mesma câmara.

Um grande problema em abordar esta temática é a falta de transparência das instituições portuguesas e de informação. A minha forma de contornar esta dificuldade é recorrer a fontes primárias dos atores humanos envolvidos nesta temática: os presidentes em questão. Mas os presidentes em questão, quando inquiridos, podem ter problemas a lembrar-se de dados importantes ou afirmar com grande confiança coisas que não estão totalmente corretas.

4. Research Design

4.1. Definição operacional da variável dependente: as dinastias de presidente de câmara

Tal como foi explicitado no fim da revisão de literatura, neste trabalho, será considerada uma dinastia autárquica ‘*a ocupação da chefia do executivo de uma câmara municipal portuguesa por, pelo menos, dois membros de uma mesma família relacionados biologicamente entre si com proximidade (pai e filho, tio e sobrinho, avô e neto, irmãos) de forma consecutiva ou não, sempre pelo mesmo partido ou liderança de coligação de partidos e como resultado de eleições*’.

4.2. Universo de análise

Antes de começar a comparar as autarquias dinásticas foi necessário identifica-las dentro do território português. Como não existe – para o melhor do meu conhecimento – uma base de dados que aborde este tema em específico precisei de listar o meu próprio universo de análise.

Comecei por olhar de perto para a obra de Maria Pires de Almeida (2012) em que estão listados todos os presidentes de câmara que tomaram posse em Portugal após 1976 e complementei-a com os resultados das eleições autárquicas dos anos de 2013 e 2017 consultando os dados do MAI de modo a encontrar partilhas de apelidos entre presidentes de uma mesma câmara. Esta abordagem levou à

deteção de dezenas de casos: Ourém, Mesão Frio, Ponte de Lima, Mondim Basto, Peso da Régua, Armamar, Castro Daire, Penedono, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Tarouca, Arouca, Murtosa, Alvito, Ferreira do Alentejo, Mértola, Amares, Celorico de Basto, Sertã, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Verde, Torre de Moncorvo, Oleiros, Sátão, Condeixa-a-Nova, Lousã, Mira, Figueira de Castelo Rodrigo, Ansião, Castanheira de Pêra, Avis e Castelo de Vide. Nos municípios de Velas, Corvo, Lajes das Flores, São Roque do Pico, Santana também há autarcas com partilha de apelidos mas estes cinco casos foram descontados por se localizarem nos Açores, decidindo assim *focalizar a minha pesquisa em Portugal Continental*.

No entanto, seria ingénuo tomar como garantido que dois indivíduos têm necessariamente de estar relacionados biologicamente porque têm pelo menos um apelido em comum pois a partilha de nomes pode ser uma total coincidência e não existir um laço familiar próximo ou até discernível. Tal abordagem tão simplista não só levaria à identificação incorreta de casos como também iria contra a definição utilizada neste trabalho que explicita claramente que estou em busca de relações familiares próximas (pai e filho, irmãos, avô e neto, por exemplo). Como tal, uma vez detetados apelidos em comum foi necessário entrar em contacto (quase sempre telefónico) com as autarquias para verificar um qualquer grau de parentesco entre dois presidentes de uma mesma câmara que partilhassem apelidos. Se o parentesco fosse confirmado por uma fonte próxima do presidente da câmara e os presidentes fossem do mesmo partido político a câmara era colocada numa lista de dinastias a observar mais de perto; se, por outro lado, a partilha de apelido fosse uma mera coincidência, o grau de parentesco fosse distante ou os autarcas tivessem exercido funções por partidos diferentes (e até opostos como PSD e PS) a câmara não era considerada como pertinente para os propósitos deste estudo.

Tendo esta advertência em mente procedi ao contacto com as autarquias listadas acima onde me foi confirmado que a partilha de apelidos por parte de autarcas era uma plena coincidência não traduzível em laços familiares significativos nos municípios de Monção, Mondim de Basto, Peso da Régua, Armamar, Castro Daire, Penedono, São Pedro do Sul, Tarouca, Arouca, Murtosa, Alvito, Ferreira do Alentejo, Mértola, Sertã, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde, Oleiros, Mira, Ansião, Castanheira de Pêra, Avis e Castelo de Vide. Este processo eliminou, portanto, 22 dos 33 municípios onde foi identificada uma partilha de apelidos.

Dos restantes municípios nem todos cumpriram os critérios definidos para este estudo:

- O primeiro presidente da câmara de São João da Pesqueira exerceu funções de 1976 a 1993 e o seu filho foi o seu sucessor imediato, ficando como presidente de 1993 a 2009. O motivo pelo qual esta dinastia não é contada é o primeiro autarca ter mudado do CDS para o PSD após o seu terceiro mandato de um total de seis.

- Amares teve dois presidentes relacionados mas a sua relação era uma de afinidade: o quarto presidente era casado com a irmã do segundo e os dois eram de partidos diferentes.
- O segundo presidente da câmara de Vieira do Minho (1997) é o tio do sexto (2003-2005 e 2009-2013) mas Augusto César Abreu Dantas não foi eleito presidente, tendo desempenhado funções executivas como interino.

Dos sobrantes 8 municípios forem efetivamente detetados e confirmados casos de dinasticismo que correspondiam aos meus critérios mas a recolha de informação provou ser tão difícil (devido à falta de resposta por parte dos municípios e dos autarcas para entrevistas) que se tornou incomportável incluir estes casos neste trabalho:

- Em Mesão Frio os dois homens que presidiram a câmara entre 1976 e 2009 são pai (1976-1989) e filho (1989-2009)
- Em Figueira de Castelo Rodrigo o primeiro (1976-1979) e quinto (1997-2005) presidentes são irmãos
- Os dois primeiros presidentes da câmara de Sátão (um mandato cada entre 1976 e 1982) são irmãos
- O terceiro presidente da câmara da Lousã (1982-1999) é o pai do presidente que está desde 2011 no cargo

O método de apuramento das dinastias utilizado neste trabalho é até superior ao utilizado por, por exemplo, Labonne et al (2019) no seu estudo das famigeradas dinastias filipinas em que os autores recorrem a um levantamento superficial dos apelidos dos candidatos políticos. A justificação é que a maioria dos filipinos não tinha apelido até um governador colonial espanhol atribuir um a cada família já em meados do século XIX pelo que é improvável que duas pessoas partilhem um apelido sem terem realmente uma relação familiar próxima (p. 9). Esta abordagem tem o óbvio problema de pressupor que os candidatos são efetivamente familiares sem confirmar com fontes primárias e de que mesmo que haja uma relação esta seja significativamente próxima para um membro da dinastia apoiar outro. Pesa, no entanto, que o estudo de Labonne et al (2019 p. 8-9) e dos seus colegas seja quantitativo ao passo que o que me proponho a levar a cabo é comparativo e olha de perto um reduzido número de casos.

Posto tudo isto chegamos a apenas quatro casos de dinastias em autarquias que se mostraram minimamente cooperativas no sentido de desempenhar este estudo:

- Celorico de Basto, Braga (PSD): Albertino Teixeira da Mota e Silva (1989-2009) é pai de Joaquim Monteiro da Mota e Silva (2009-2021)
- Ourém, Santarém (PSD): Mário da Silva Coutinho Albuquerque (1979-1982; 1985-1996) é pai de Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque (2017-)

- Ponte de Lima, Viana do Castelo (CDS-PP/Aliança Democrática): João Gomes de Abreu de Lima (1976-1985) é irmão de Francisco Maia de Abreu de Lima (1985-1989)
- Condeixa-a-Nova, Coimbra (PS): Belmiro Moita da Costa (1985-1993) é pai de Nuno Miguel Martins Rondão Moita da Costa (2013-)

Estes casos parecerem conferir uma boa diversidade geográfica dos diferentes municípios além de contarem com dinastias de tipo diferente (três de pai-filho e uma de irmãos) e com variação partidária (duas do PSD, uma do CDS e uma do PS).

De seguida passei a obter informações sobre os presidentes de câmara através de artigos, livros da autoria dos próprios, entrevistas de terceiros, blogs e entrevistas conduzidas por mim próprio.

5. Das entrevistas

O propósito das entrevistas era reunir informações sobre as variáveis explicativas de dinasticismo autárquico em Portugal nomeadamente sobre os percursos profissionais dos membros da família e os membros dos órgãos partidários a quando da nomeação do segundo membro da família como candidato à câmara. As perguntas das entrevistas estão nos anexos.

Estes foram realizadas em diferentes formatos, conforme a disponibilidade dos diferentes autarcas. A intenção – como será possível constatar abaixo – era entrevistar os fundadores das dinastias de modo a preencher falhas de informação que simplesmente não foram possíveis de obter de outra forma. Duas dificuldade particulares em desenvolver a pesquisa para este trabalho envolveram obter informações a respeito dos órgãos locais dos partidos dos autarcas e ter uma melhor noção da carreira dos fundadores das dinastias antes e depois de terem sido presidentes de câmara.

Devido às consideráveis distâncias que teria de percorrer e incorrendo despesa própria – ainda mais em circunstância de pandemia mundial de COVID-19 – de modo a conduzir entrevistas de curtíssima duração considerei não ser proveitoso fazê-las de modo presencial. Optei então por deixar ao critério dos autarcas a melhor forma de acomodar o meu pedido tendo daí resultado três tipos de entrevista: por telefone, por Zoom e por correspondência com as perguntas da entrevista a serem enviadas aos autarcas e reenviadas a mim já respondidas. O autarca de Ourém foi entrevistado a 5 de maio de 2021 por telefone; o (reformado) de Ponte de Lima pela plataforma zoom a 13 de maio de 2021; os de Condeixa-a-Nova e Celorico de Basto foram entrevistados através do envio das perguntas da entrevista ficando eu aguardando o reenvio do ficheiro com as respostas. O autarca de Condeixa respondeu a 7 de outubro de 2021. O autarca de Celorico de Basto respondeu a 11 de outubro de 2021.

Todas as entrevistas consistem em perguntas das quais se espera uma resposta curta e assertiva visando o preenchimento de lacunas nas informações relativas aos critérios listados mais abaixo.

6. Os parâmetros a comparar

Como explicitado acima o método comparativo tem vários problemas sendo que o maior é a escolha das muitas variáveis dos poucos casos que os torna comparáveis. A solução que Lijphart (1975) encontra para isto é restringir o número de variáveis de modo a que os casos comparados tenham bastante em comum ao ponto de se poder definir uma tipologia ou encontrar um subtipo de fenómeno que possa ter os casos encontrados como exemplo. Como tal, seguem-se, nesta seção, os indicadores a utilizar para simultaneamente reforçar a definição de dinastia política autárquica e compreender quais são comuns às dinastias em análises. Estes indicadores são, portanto, a nossa variável dependente.

Os resultados vão depender da quantidade de fatores que as dinastias têm em comum: se todas as dinastias tiverem as mesmas coisas em comum então estamos perante fatores explicativos bastante fortes; se tiverem apenas alguns e nem coincidirem poderemos concluir que a existência de dinastias (variável dependente) não é de todo determinística e que estas acontecem por acaso.

Devemos sempre em mente que estamos a comparar um fenómeno já observado. Visto que a presença de familiares próximas no executivo de uma mesma câmara é algo que tem de ser proativamente procurado o investigador já sabe que está a lidar com dinastias. A questão não é, portanto, neste trabalho, saber se elas existem mas sim, sabendo que já existem, compreender como surgem.

6.1. Indicadores políticos

6.1.1. *Safe seat* (ver Rasmussen, 1966)

Como referenciado antes um mesmo círculo eleitoral ser perpetuamente ganho por um mesmo partido pode ser conducente ao surgimento de uma dinastia política porque o risco de derrota eleitoral é tão ínfimo que um partido se pode dar ao luxo de colocar um familiar de um antigo político na corrida por poucas que sejam as suas aptidões (Dal Bó et al, 2009 p. 4, 14). A forma como medimos a existência de um *safe seat* é simples: se os dados Ministério da Administração Interna (MAI) indicarem que as câmaras sob escrutínio tiverem sido consistentemente ganhas por um mesmo partido partilhado por familiares então estamos perante um *safe seat*. Tendo em conta que só estamos a considerar dinastias em que os membros tenham sido todos do mesmo partido o domínio de uma mesma entidade política sobre uma câmara deve anteceder a ascensão de uma dinastia desse mesmo partido, tal como explicitam Dal Bó et al (2009).

Estou, portanto, à procura de uma câmara que tenha sido ganha por três vezes consecutivas por um mesmo partido (ou coligação liderada pelo mesmo) em eleições autárquicas. Esta escolha é subjetiva mas nem por isso é arbitrária e tem duas justificações: (1) três mandatos corresponde sensivelmente a uma década no poder quer no modelo antigo de três anos por mandato quer no atual de quatro anos e (2) é o limite de mandatos definido em 2005 (Lei nº46/2005 de 29 de agosto) para um indivíduo numa mesma autarquia.

A esta métrica será adicionada uma camada adicional: partindo do ponto que uma autarquia é ganha repetidamente por um mesmo partido é presumível que algumas destas vitórias sejam por margens confortáveis – com maiorias não só de 50% mas talvez até com mais de 2/3 dos votos. Como tal, quanto maior for a margem de vitória do partido dominante mais *safe* será o *seat* em questão.

Devemos também ter sempre em mente que a autarquia não tinha de ser um *safe seat* antes da ascensão do fundador da eventual dinastia pois sendo uma dinastia algo formado retrospectivamente aceita-se que seja o fundador da dinastia a fazer da autarquia um *safe seat* para o seu sucessor.

6.1.2. Incumbency advantage do fundador da dinastia

Outro fator explicativo do surgimento de dinastia é a vantagem *eleitoral* do incumbente (Dal Bó et al, 2009; Rossi, 2014; Fiva & Smith, 2018) entendida para os propósitos desta dissertação como sendo o número de anos (ou mandatos) que o *fundador* da dinastia acumula como presidente da câmara antes de passar as ‘rédeas’ ao seu familiar. O número que servirá como limiar para identificar uma vantagem do incumbente será *três mandatos* (quer os de três anos até 1985 quer os de quatro após esta data) pelos mesmos motivos listados para justificar a escolha na métrica do *safe seat*.

Verificar se um autarca fundador de uma dinastia esteve tantos anos/mandatos passará pela consulta dos dados do MAI mas os dados também constam na obra de Pires de Almeida (2012).

6.1.3. Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido

Já tendo estabelecido que em muitos países notados por fortes tendências dinásticas como os do sudeste asiático os partidos são categorizados por falta de democracia interna (Chhibber, 2009; Amundsen, 2016) e que noutros com tais tendências - como os Estados Unidos da América - os partidos são organizados mas “soltos” e descentralizados (Dal Bó et al, 2009) olharei para a organização dos partidos em Portugal no que diz respeito à escolha dos candidatos para as eleições autárquicas. É através da *presença do autarca fundador da dinastia em posições de influência para a escolha de futuros candidatos do partido* que pretendo controlar a influência da seleção de candidato no fenómeno dinástico.

No caso do Partido Socialista os estatutos dividem o partido em estruturas nacionais, distritais e locais. No nível mais local existem as Concelhias (artigo 24º) constituídas pela Comissão Política Concelhia, a Mesa da Comissão Política Concelhia, o Presidente da Concelhia e o secretariado da Concelhia. Sendo que o artigo 25º confere à Comissão Política Concelhia (e aos órgãos que a compõem) a competência de “desencadear e assegurar o cumprimento do processo de designação dos candidatos autárquicos municipais” (alinha f) e “aprovar as restantes listas de candidatos aos órgãos autárquicos municipais do respetivo concelho” (alinha g) este é o órgão que nos tem particular interesse para o nosso estudo. A Comissão Política Concelhia é ela mesma composta por um presidente, uma mesa e um secretariado (artigo 23º) e como tal a minha forma de medir a variável da

“seleção de candidato” para este trabalho é averiguar quem eram – à data da escolha do segundo membro da dinastia como candidato à câmara – o presidente da Comissão Política Concelhia, os membros da mesa e os do secretariado. A expectativa aqui é que o *fundador* da dinastia de Condeixa-a-Nova estivesse a ocupar um cargo preponderante num destes órgãos à data da escolha do seu filho como o candidato do PS a essa câmara nas eleições autárquicas.

Também no caso do PSD a escolha de candidatos às eleições autárquicas é feita de baixo para cima: o artigo 21º estipula que a Comissão Política Nacional é “o órgão de direção política permanente do Partido” e que lhe compete “homologar a designação dos candidatos do Partido à Presidência das Câmaras Municipais, nos termos do regulamento” (alinha i). A escolha que a Comissão Nacional tem de homologar é feita na estrutura municipal do partido: as Seções. Estas são compostas pela Assembleia (artigo 53º) a que compete “dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais (...)” (alinha f), a Comissão Política (artigo 56º) que por sua vez propõe “à Comissão Política Distrital as listas de candidatura aos órgãos das Autarquias Locais (...) (alinha f). Uma vez escolhidos os candidatos a nível da Seção estes têm de ser aprovados no nível intermédio da Organização Regional (artigo 34º) como explicitado no artigo 43º: “d) Aprovar as listas de candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais sob proposta da Comissão Política da Seção”. Tudo somado a métrica aqui é adquirir os nomes dos membros da mesa da Assembleia e da Comissão Política das Seções de Ourém e Celorico de Basto e conferir se os nomes dos fundadores das respetivas dinastias constam em alguma capacidade à data dos filhos se tornarem dos candidatos do PSD para essas autarquias. O mesmo será feito para os membros que compõem a Comissão Política Distrital dos Distritos de Braga e Santarém por “aprovar as listas de candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais” (artigo 43º - alinha d). Sendo que a Comissão Política Distrital é composta por uma Comissão Permanente - com presidente, vice-presidente e secretário próprio - e os presidentes das seções pertencentes ao distrito (artigo 44º) é possível que haja um *overlap* dos pais dos autarcas de segunda geração e que este indicador se torne redundante.

Em relação ao CDS – partido historicamente dominante na autarquia de Ponte de Lima – este define-se como um partido estruturado com divisões subnacionais a nível dos distritos e dos municípios (artigo 9º). O artigo 22º estipula que o órgão responsável pelo quotidiano político e decisões importantes do partido num dado concelho é a Comissão Política Concelhia de uma dada Concelhia (alinhadas ‘a’ e ‘b’). Interessa-nos aqui saber quem eram o presidente, o vice-presidente, o secretário e os representantes das organizações Autónomas do Partido na Concelhia de Ponte de Lima entre a transição dos dois irmãos na presidência da câmara.

Ao trabalhar esta métrica devemos sempre ter em mente que este trabalho se foca nas instituições como os partidos e que são estes – de forma mais ou menos coletiva - que decidem quem serão os seus candidatos às autarquias pelo que o sucesso pessoal obtido pelo eventual sucessor do fundador da

dinastia durante o mandato do patriarca deve ser descontado pois apesar do avanço de carreira feito com o patrocínio do patriarca ser certamente valioso cabe ainda assim às estruturas do partido decidir se o filho ou irmão do aspirante a fundar uma dinastia será candidato à autarquia. É por este motivo que a participação em órgãos políticos durante o mandato do pai (ou irmão) não contam no sentido de explicar como o filho (ou irmão) se tornou no escolhido do partido para essa autarquia.

6.2. Socioeconómicos

6.2.1. Origem familiar e percurso profissional do fundador da dinastia

Visto que este trabalho se foca bastante nos fundadores das dinastias políticas é importante considerar qual o tipo de *background* destes antes de entrarem na vida política. São os fundadores das dinastias representantes da “melhor manteiga” [sic] da sociedade como afirma Hess (1966)? Ou a criação de uma dinastia é explicada pela pobreza em que nasceu o seu prospetivo fundador que pretende fazer da política o negócio lucrativo da sua família (Querubin, 2016; Kenawas, 2015)? Para determinar isto terei de reunir informações sobre o passado dos fundadores das dinastias com recurso a CVs, biografias, artigos, *blogs*, entrevistas (incluindo as minhas) e declarações de património (fornecidas pelo Tribunal Constitucional). O objetivo é compreender se os níveis educacionais, de envolvimento na sociedade civil e percurso profissional fazem de um candidato mais ou menos notável antes de ser eleito presidente da câmara pela primeira vez.

A resposta à pergunta sobre as origens familiares e percurso do fundador da dinastia serem prestigiosas pode ser tanto “sim” como “não” e a dinastia verifica-se na mesma pelo que o seu propósito é melhor compreender o tipo de dinastia que estamos a estudar.

Tabela 2- Indicadores que podem explicar o surgimento de dinastias de presidentes numa mesma câmara no Portugal democrático

Indicador	É conducente à fundação de uma dinastia quando
<i>Incumbency Advantage</i> do fundador	O fundador da dinastia tiver ganho, pelo menos, três mandatos (consecutivos ou não)
Município ser um <i>safe seat</i> do partido dos autarcas da dinastia	A câmara tiver sido vencida pelo partido da dinastia, pelo menos, três vezes consecutivas
Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido	O fundador da dinastia ocupa um cargo na estrutura municipal ou distrital do partido entre abandonar o câmara e o familiar lhe suceder
Família e percurso do fundador da dinastia antes de ser presidente de câmara	O fundador da dinastia é de uma família ilustre e/ou teve um percurso profissional notório antes de ser eleito presidente da câmara

Fonte: Dal Bó et al, 2009; Rossi, 2014; Fiva & Smith, 2018; Chhibber, 2009; Amundsen, 2016; Querubin, 2016; Kenawas, 2015; Hess, 1966

7. A respeito do Tribunal Constitucional

De modo a obter e verificar várias informações a respeito da vida pessoal e profissional dos presidentes de câmara em estudo contactei o Tribunal Constitucional (por email) para requisitar as suas declarações de património referentes ao ano mais longínquo possível (que se verificou ser 1996). Devido a normas internas do Tribunal os documentos reunidos só puderam ser consultados presencialmente pelo que me desloquei a Lisboa no dia 2 de setembro de 2021 para levar a cabo a sua transcrição. O Tribunal disponibilizou os registos dos autarcas de Celorico de Basto, Ourém e Condeixa-a-Nova ficando a faltar os do de Ponte de Lima, entretanto já falecido.

Daquilo que é pertinente para os propósitos deste trabalho consegui obter informações a respeito dos cargos exercidos à data da submissão das declarações de património e profissões exercidas antes da primeira eleição como presidente. A obtenção destas informações serviu para enriquecer a reconstrução que fiz dos percursos de vida dos fundadores de dinastias rumo a tornarem-se presidentes de câmara pela primeira vez.

Capítulo IV - Resultados e discussão

Procuraremos aqui identificar os fatores ou conjugação de fatores que explicam a emergência de dinastias políticas autárquicas em cada um dos casos identificados.

Primeiramente iremos conferir se cada um dos fatores explicativos apontados pela literatura de *incumbency advantage*, *safe seat*, Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido e currículo do fundador é detetado em cada um dos casos. Posteriormente, através de uma análise comparada, procuraremos averiguar quais os fatores explicativos identificados na literatura de referência que estão presentes em todos os casos e qual o seu grau de importância. O fim último desta análise é o de tentar encontrar um padrão explicativo da emergência das dinastias políticas autárquicas em Portugal aplicável noutros contextos de política local.

1. Ourém (PSD)

A dinastia autárquica de Ourém (Santarém) é constituída pelo seu fundador Mário da Silva Coutinho Albuquerque (1979-1982 e 1985-1996) e o seu filho Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque eleito presidente em 2017 (Pires de Almeida, 2012). Esta dinastia é uma de duas neste estudo de autarcas eleitos pelo PSD. É desde já visível que esta dinastia tem duas particularidades: o dinasta fundador não foi presidente da câmara de forma ininterrupta e o seu filho só lhe sucedeu passados uns largos 21 anos. A entrevista em relação a esta dinastia – a entrevista #1 - foi feita ao seu segundo membro, Luís Coutinho Albuquerque, por telefone.

1.1. Indicadores políticos

1.1.1. *Incumbency advantage*

A fundador da dinastia Coutinho Albuquerque, Mário da Silva, acumulou quatro mandatos como presidente da câmara (MAI; CNE) - com os três últimos a serem consecutivos - pelo que *cumprir o critério* estabelecido de ter acumulado tempo suficiente para conferir uma vantagem rumo a estabelecer uma dinastia.

1.1.2. Safe seat

A presidência da autarquia de Ourém foi ganha na primeira votação democrática do concelho pelo CDS. Após três anos de mandato o fundador da eventual dinastia Coutinho Albuquerque, Mário da Silva, conquistou o seu primeiro mandato em 1979 pelo PSD. Os sociais democratas perderam, por sua vez, a câmara para o antigo presidente eleito pelo CDS em 1976 apenas para Mário Coutinho Albuquerque a reconquistar pelo PSD três anos depois e a segurar até 1996 (Pires de Almeida, 2012). Os sucessores do primeiro presidente Albuquerque mantiveram a presidência nas mãos do PSD até 2009 quando o PS venceu pela primeira vez as eleições autárquicas em Ourém segurando a câmara até à eleição de Luís Coutinho Albuquerque pelo PSD (coligado ao CDS-PP) em 2017 (MAI).

Aqui os resultados são algo mistos: é verdade que o partido da dinastia em análise venceu seis eleições consecutivas em Ourém mas a criação da dinastia com a ascensão de Luís Coutinho Albuquerque foi apenas após o PSD finalmente perder a câmara para o PS. No entanto, a categorização de uma câmara como *safe seat* de um partido neste trabalho (ver página 21) exige apenas que esta seja ganha por um mesmo partido três vezes consecutivas, algo que o PSD alcançou mas o PS não no tempo que demorou para se formar a dinastia Coutinho Albuquerque. Classifico, apesar de compreender que pode ser controverso, Ourém como um *safe seat*.

1.1.3. Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido

O próprio Luís Coutinho Albuquerque, tanto na entrevista que me concedeu (Entrevista #1) como numa concedida à publicação digital Mediatejo.net (2017) afirma nunca ter desempenhado cargos políticos, partidários ou públicos até, em 2005 - 9 anos após o seu pai abandonar a câmara de Ourém. A sua vocação sempre foi na área das finanças e era o dirigente de uma empresa com 20 funcionários na Madeira antes de ter sido convidado pelo então presidente da câmara David Catarino para servir como seu adjunto (Entrevista #1). Em 2009, PSD perdeu, pela primeira vez em 24 anos, as eleições autárquicas para o PS (MAI). Em 2011, Luís Coutinho Albuquerque tornou-se no presidente da concelhia política do PSD de Ourém (Entrevista #1) e dois anos depois falhou em recuperar a câmara ao PS numa disputas mais renhidas em todas as eleições autárquicas de 2013. Por fim, em 2017, o filho do segundo autarca ourensense em democracia fez da família Coutinho Albuquerque uma dinastia autárquica ao reconquistar a câmara para o PSD c/CDS-PP (MAI).

No que toca à influência do antigo presidente Mário Coutinho Albuquerque na estrutura do PSD - de modo a potencialmente avançar a carreira do filho - é verdade que este desempenhou as funções de

Presidente da Assembleia da secção de Ourém do PSD e de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Distrital do PSD de Santarém (parlamento.pt) mas segundo o próprio filho Luís “o antigo presidente abandonou todos os cargos *partidários* após deixar de ser presidente da câmara pela segunda vez em 1996” (Entrevista #1). No entanto, não abandonou inteiramente a política pois foi governador civil de 2002 a 2005 cessando funções apenas para voltar a ser deputado da Assembleia da República de 2005 a 2009, na X legislatura (parlamento.pt; Tribunal Constitucional).

Como tal, devido à falta de coincidência de cargos partidários do pai com o início da carreira política do filho, *não parece*, portanto, *haver uma influência do pai* em avançar a carreira política do filho e Luís Miguel Coutinho Albuquerque parece ter sido convidado para participar nas atividades do PSD de Ourém por escolha do autarca social democrata em funções em 2005 e ter-se tornado presidente da câmara por mérito próprio em 2017, altura pela qual o seu pai estava já largamente “fora de cena” na política ourensense e partidária do PSD.

1.2. Indicadores socioeconómicos

1.2.1. Origem familiar e percurso profissional do fundador da dinastia

Mário Albuquerque nasceu em 1940, filho de agricultores e pessoas de poucos meios (Mediatejo.net, 2021). Aquando do 25 de abril de 1974 era um delegado escolar que nunca se tinha envolvido em política. Licenciou-se em Direito mas a sua profissão de base era como professor de escola primária no sistema de ensino público (parlamento.pt; Tribunal Constitucional). Já em democracia “dois senhores ligados ao PSD” pediram-lhe para considerar envolver-se com as atividades do partido. Após alguma relutância decide ingressar no partido até que em 1979 – aos 39 anos – é já Presidente da Concelhia do PSD de Ourém e é, para seu próprio espanto, eleito presidente da câmara (Mediatejo.net, 2021).

Segue-se uma derrota na sua busca por reeleição que o deixa três anos como vereador da oposição mas em 1985 regressa: uma vez retornado à câmara é reeleito mais três vezes para totalizar 14 anos como presidente de Ourém (11 desses consecutivos) (Mediatejo.net, 2021). Pelo meio o autarca foi ascendendo a posições maiores no partido: Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Distrital do PSD de Santarém (parlamento.pt) tendo abandonado as mesmas após deixar de ser presidente da câmara como está supracitado. De 30 de abril de 2002 a 5 de maio de 2005 foi governador civil do distrito de Santarém (Tribunal Constitucional).

De um modo geral pode dizer-se que Mário da Silva Coutinho Albuquerque se tornou numa personalidade notável da sua localidade durante e após ter sido presidente da câmara e que não era de modo algum membro de uma classe restrita e privilegiada. *Não parece*, portanto, de todo *um membro da ‘melhor manteiga’* da sociedade portuguesa (Hess, 1966 p. 3) embora a profissão de delega escolar poder ser considerada como prestigiosa.

2. Ponte de Lima (CDS)

A dinastia autárquica de Ponte de Lima existiu entre 1976 e 1989 e a única para os propósitos deste estudo formada não por pai e filho mas por dois irmãos: João Abreu de Lima (1976-1985) e seu irmão mais novo Francisco Abreu de Lima (1985-1989). Esta é também a nossa única câmara do CDS-PP. Devido ao falecimento do irmão mais velho o estudo desta dinastia requereu entrevistar o segundo presidente – à data com 91 anos de idade – pela plataforma Zoom, a 18 de maio de 2021.

2.1. Indicadores políticos

2.1.1. *Incumbency advantage*

João Abreu de Lima, que viria a tornar-se no fundador de uma dinastia autárquica, *foi eleito para três mandatos* como presidente da câmara de Ponte de Lima (numa altura em que cada mandato tinha a duração de três anos em vez dos posteriores quatro) (Pires de Almeida, 2012). Três mandatos foi classificado como sendo tempo suficiente para acumular capital político ao ponto de se poder criar impulsionar a criação de uma dinastia. E, de facto, o próprio Francisco Abreu Lima, na entrevista que me concedeu, afirma com grande certeza que foi o irmão quem mais o incentivou a concorrer como seu sucessor na presidência da câmara e que essa escolha era amplamente apoiada pelos altos quadros do CDS dessa altura (Entrevista #2).

2.1.2. *Safe seat*

No caso de Ponte de Lima o início da dinastia com a ascensão do primeiro dos dois irmãos Abreu de Lima coincide com as primeiras eleições democráticas em Portugal em 1976 e o seu fundador não transitou do Estado Novo com as mesmas funções (Pires de Almeida, 2012).

Desde a eleição do primeiro Abreu de Lima em 1976 Ponte de Lima tem sido um dos concelhos mais monopartidários de Portugal em eleições autárquicas tendo em cada um dos atos eleitorais subsequentes conferido ao CDS-PP o estatuto de partido mais votado (se bem que nem sempre com maioria)². Este domínio completo dos centristas vem, no entanto, com um asterisco: é em 1979 e 1982 (durante a estadia do nosso primeiro dinasta) o executivo da câmara foi ganho pela Aliança Democrática composta pelo CDS e o PSD mas ao que tudo indica os centristas tinham mais pujança que os sociais democratas (MAI).

No que toca ao número de votos e margem de vitória o CDS - apesar do seu indubitável domínio em Ponte de Lima - nunca venceu por maioria absoluta uma eleição autárquica no concelho durante o período da dinastia Abreu de Lima – o máximo que obteve nos atos eleitorais entre 1976 e 1989 foi

² Em 2001 Ponte de Lima elegeu um autarca independente - do movimento Nossa Terra - mas o grande vencedor em questão era Daniel Campelo que já era presidente da câmara desde 1994 sendo reeleito em 1997, em ambas as instâncias pelo CDS (Pires de Almeida, 2012; Ponte de Lima Cultural; MAI). Em 2001 concorreu pelo movimento independente supracitado mas voltou a ser eleito presidente da câmara para um quarto e último mandato pelo CDS em 2005.

46% dos votos. No entanto, enquanto principal partido da coligação Aliança Democrática com o PSD obteve uns extraordinários 77,32% em 1979 e 64,37% em 1982, o ano que marcou a última eleição do fundador João Gomes Abreu de Lima. O seu irmão e sucessor, como candidato de um CDS novamente a sós, obteve uns escassos 42,57% que apesar de ser o melhor registo da eleição de 1985 significou que o partido falhou mais uma vez em obter uma maioria absoluta. A primeira maioria absoluta centrista só viria de resto em 1997 (MAI).

Apesar do domínio avassalador do CDS em Ponte de Lima se verificar desde o início do período democrático que coincidiu com o período desta dinastia é me mesmo assim possível afirmar que o concelho ponte-limense tem o fator do *safe seat* a pesar a favor da criação de uma dinastia política porque a dinastia só se formou quando o segundo membro da família assumiu a presidência e por essa altura as três vitórias eleitorais do seu irmão tinha feito do município um *safe seat* do CDS (muito embora o próprio Francisco Abreu de Lima goste de considerar um independente “forçado” a concorrer pelo mesmo partido que o irmão).

2.1.3. Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido

O próprio Francisco Abreu de Lima afirma na entrevista que lhe fiz que estava relutante em concorrer a presidente da câmara logo após a saída do irmão. Na sua recolção só se tornou num membro do CDS já perto da eleição de 1979 e sempre se considerou, durante a sua estadia na câmara, como “um independente obrigado a ser considerado de um partido, o CDS”. Foi de resto necessário um grande esforço por parte do irmão de saída da câmara para o convencer a concorrer (Entrevista #2). Francisco Abreu de Lima recorda-se inclusive de concorrer a reeleição em 1989 novamente como independente mas desta feita como candidato do PSD devido a uma divisão interna no CDS de Ponte de Lima que levou uma metade do partido a retirar o apoio ao presidente ainda em funções. Candidatou-se na eleição seguinte em 1993 contra o Eng. José Daniel Campelo mas não logrou vitória. Ficou alguns anos como vereador e outro como membro da assembleia municipal (MAI). A estadia na assembleia municipal foi curta por estar muitas vezes contra o CDS e as suas propostas (Entrevista #2).

Crucialmente para os propósitos deste estudo, o nonagenário afirmou também que o irmão estar “fortemente envolvido nas atividades quotidianas do CDS” levou “algumas pessoas importantes na estrutura do partido a pedirem-lhe que fosse o candidato por ser de uma família que tinha feito já muitas coisas positivas pela autarquia”. Entre as figuras notáveis que apoiaram a possibilidade de suceder ao seu irmão estavam o presidente da assembleia geral Engenheiro Lemos e Mário Pires, presidente da Concelhia do CDS em Ponte de Lima (Entrevista #2).

Apesar das palavras de admissão do segundo autarca desta dinastia em relação à importância do seu irmão no CDS não é possível qualificar o seu papel com a atribuição de qualquer papel oficial dentro da estrutura local, distrital ou nacional do CDS. Devido a estas circunstâncias fico *incapaz de*

categorizar a permanência do fundador da dinastia na Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido como um fator conducente à formação de uma dinastia autárquica.

2.2. Indicadores socioeconómicos

2.2.1. Origem familiar e percurso profissional fundador dinastia

Os irmãos Abreu de Lima são de uma família proximamente associada ao regime salazarista que traça as suas origens a Ponte de Lima. O fundador da dinastia autárquica que me interessa – João Gomes – nasceu em Moxico, Angola e dividiu grande parte da juventude e idade adulta entre Angola e Portugal (Entrevista #2). Foi, até ao 25 de abril de 1974, um administrador colonial e gestor de várias celulosas (Ponte de Lima Cultural). Quando retornou a Portugal era um dos mais experientes e conceituados ponte-limenses (pois mesmo que não lá tivesse nascido tinha feito muito do seu percurso profissional lá) e estava, segundo o seu irmão, ‘‘desde uma tenra idade envolvido na vida partidária do CDS’’ (Entrevista #2). Venceu a primeira eleição em 1976 com uma minoria simples mas a junção de forças entre o partido dominante da vila com o PSD no contexto da Aliança Democrática deu-lhe esmagadoras maiorias (MAI). Abandonou a câmara de Ponte de Lima por virtude de ter sido eleito deputado pelo seu partido de sempre, o CDS (Ponte de Lima Cultural).

João Abreu de Lima parece, como tal, ter sido uma pessoa de destaque no concelho de Ponte de Lima não só pelo seu percurso profissional mas também por vir de uma ‘‘boa família’’ – como explicitou o seu irmão – e isso pesou na escolha de ser o candidato do CDS nas eleições autárquicas da época. O nome de família foi mais tarde determinante para o seu irmão ser o escolhido para lhe suceder no cargo de presidente da câmara (Entrevista #2).

3. Celorico de Basto (PSD)

A dinastia autárquica de Celorico de Basto é formada por Albertino Teixeira da Mota e Silva, que se tornou presidente em 1989, e o seu filho Joaquim que lhe sucedeu imediatamente como autarca em 2009. Esta é a nossa segunda dinastia de autarcas do PSD e uma de apenas duas totalmente contínua (porque o sucessor imediato do fundador da dinastia é o familiar que faz a dinastia existir) juntamente com Ponte de Lima. Devido à indisponibilidade do antigo presidente Albertino Mota e Silva não se encontrava disponível pelo que entrevistei o seu filho Joaquim (Entrevista #3), à data ainda presidente da câmara barrado por limite de mandatos, ao enviar-lhe as perguntas da entrevista e aguardado a sua resposta. As respostas chegaram-me a 11 de outubro de 2021

3.1. Indicadores políticos

3.1.1. Incumbency advantage

Albertino Mota e Silva venceu uns impressionantes cinco mandatos consecutivos como presidente da câmara de Celorico de Basto e acumulou, conseqüentemente, 20 anos no poder (MAI; CNE). O pai do

seu eventual sucessor cumpre claramente o critério estabelecido para considerar a existência de uma vantagem de incumbente.

3.1.2. *Safe seat*

Nas quatro eleições antes de 1989 Celorico de Basto era um *safe seat* do CDS/Aliança Democrática. Desde 1989 os Mota e Silva ganharam a câmara para o PSD em todas as eleições sem exceção (MAI). Olhando para as eleições em questão mais de perto constatamos que apenas pela ocasião da primeira eleição de Albertino Mota e Silva em 1989 e a última eleição do seu filho Joaquim em 2017 o PSD falhou em obter uma maioria absoluta nas eleições autárquicas.

Pode então dizer-se que a dinastia não foi antecedida da autarquia ser um *safe seat* do partido em questão mas que foi o fundador da dinastia, Albertino Mota e Silva que a fez um *safe seat* antes de ser sucedido pelo seu filho, Joaquim.

3.1.2. Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido

Os percursos partidários de Albertino Mota e Silva e do seu filho Joaquim revelam grandes níveis de cumplicidade. Numa entrevista de 2008 Joaquim Monteiro da Mota e Silva afirma que teve “a oportunidade de presidir à JSD de Celorico de Basto” (Jornal de Codessos). Tendo nascido em 1971 teria 18 anos em 1989, ano em que o pai se tornou presidente da câmara portanto existe uma excelente probabilidade de os dois terem coincidido nos cargos mesmo que não tenha sido presidente da Juventude logo aos 18. De seguida foi eleito vereador da câmara do pai pela primeira vez em 1999 (LinkedIn, 2021), interrompendo essas funções para servir como deputado da Assembleia da República no ano de 2001 (parlamento.pt). Depois de findadas as funções como deputado voltar a ser vereador, servindo até ao fim da presidência do pai em 2009.

De forma mais crucial para os propósitos deste estudo a sua entrevista (Entrevista #3) revela que o seu pai, Albertino, era membro da Mesa de Assembleia da Seção do PSD em Celorico de Basto aquando da escolha do candidato para lhe suceder como presidente da câmara, cumprindo assim o requisito exposto para se considerar influência oficial do fundador da dinastia na escolha do familiar como sucessor.

3.2. Indicadores socioeconómicos

3.2.1. Origem familiar e percurso profissional fundador dinastia

Albertino Teixeira da Mota e Silva nasceu a 18 de maio de 1936 em Celorico de Basto. É professor de escola primária de profissão (TC) e foi presidente do conselho diretivo da Escola Básica 2,3 e Secundário de Celorico de Basto (Entrevista #3). Tal como Mário Coutinho de Albuquerque transitou da área da educação pública não-superior para a política partidária e autárquica. É verdade que os seus registos do Tribunal Constitucional listam a posse de várias empresas e bens mas tanto quanto me foi

possível discernir estes foram obtidos durante a presidência e não antes. Como tal, Albertino Teixeira da Mota e Silva não parece ter origens particularmente notáveis, *pelo informação que consegui recolher.*

4. Condeixa-a-Nova (PS)

A dinastia de Condeixa-a-Nova é composta por Belmiro Moita da Costa (1985-1993) e o seu filho Nuno Miguel Martins Rondão Moita da Costa (2013-) e é a nossa única dinastia em análise com membros que foram presidentes de câmara pelo Partido Socialista. Devido à indisponibilidade do Moita da Costa mais velho a entrevista foi conduzida com o seu filho, presidente vigente à data deste estudo. Entrevistei Nuno Moita da Costa (Entrevista #4) sob a forma do envio de um questionário idêntico aos restantes autarcas entrevistados.

4.1. Indicadores políticos

4.1.1. *Incumbency advantage*

O autarca fundador desta dinastia *foi presidente ‘‘apenas’’ por dois mandatos* e não mais voltou à câmara pelo que não se pode considerar, pelos meus parâmetros, que Belmiro Moita da Costa não tinha uma vantagem de incumbente conducente à criação de uma dinastia no executivo da autarquia que presidiu.

4.1.2. *Safe seat*

Condeixa-a-Nova é um de 31 municípios portugueses que deu vitória ao mesmo partido (o socialista neste caso) em cada uma das eleições autárquicas desde o início da democracia em 1976, incluindo o período pré e pós-fundador da dinastia.

Curiosamente, até 1989 e já com Belmiro Moita da Costa como presidente em busca da primeira reeleição, o Partido Socialista nunca tinha vencido uma maioria absoluta. Após essa primeira maioria absoluta do primeiro presidente Moita da Costa o PS obteve, em Condeixa-a-Nova, mais quatro em sete possíveis: 1997, 2005, 2009 e 2017 (que coincide com a reeleição do filho do antigo presidente Belmiro Moita da Costa). Desde 1985 que o PS não obtém menos do que 45% do voto em Condeixa-a-Nova (MAI). Poder-se-ia dizer então que este município do distrito de Coimbra é um *safe seat* com uma larga margem de conforto para os socialistas.

Em Condeixa-a-Nova, até agora, ser o candidato do PS parece ser sinónimo de vitória final pelo que *fica verificado que este fator pesa a favor da formação de uma dinastia.*

4.1.3. Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido

Na entrevista que me concedeu (#4), Nuno Moita da Costa explicitou que iniciou o seu envolvimento no processo político nos seus anos formativos. Foi eleito como membro da assembleia municipal de

Condeixa-a-Nova em 1997. Em 2009 foi eleito vereador da câmara mas sem pelouro, algo que não parece ter pesado no progresso da sua carreira uma vez que em 2013 foi escolhido pelo partido para ser o candidato do historicamente dominante PS a presidente da câmara.

Durante todo o seu envolvimento na política do concelho – desde a eleição para a assembleia até à tomada de posse como presidente – Nuno Moita da Costa admite apenas uma influência informal e pessoal por parte do pai no seu sucesso uma vez que Belmiro Moita da Costa já não era presidente da câmara há quatro anos quando o filho foi eleito pela primeira vez para um órgão do concelho e que, em geral, este ‘‘não teve intervenção direta na minha escolha como candidato à câmara municipal, até porque já estava afastado de todas as atividades partidárias’’ (Entrevista #4). Os dados recolhidos na minha visita ao Tribunal Constitucional confirmam esta afirmação: Belmiro Moita da Costa deixou de ser presidente da câmara em 1993 e a partir daí as suas declarações de património mostram cargos como Vice-Presidente da CEFA, Presidente do Conselho Fiscal da Cooperativa Agrícola de Condeixa, 1º secretário da mesa da misericórdia de Condeixa-a-Nova e Presidente do Conselho Fiscal dos Bombeiros de Condeixa (2002-2004).

Pelos critérios estabelecidos não é possível afirmar que nesta dinastia haja uma influência formal do fundador na escolha de um familiar como potencial sucessor.

4.2. Indicadores socioeconómicos

4.2.1. Origem familiar e percurso profissional fundador dinastia

Belmiro Moita da Costa nasceu a 21 de dezembro de 1946 (TC) e, segundo o próprio filho Nuno, era filho de ‘‘agricultores de poucos meios que tudo fizeram para que o filho terminasse os estudos superiores’’ (Entrevista #4). Belmiro Moita da Costa recompensou os esforços dos pais ao tornar-se num economista de algum renome e exercendo a profissão de professor universitário (parlamento.pt). Posteriormente foi eleito deputado da III Legislatura da Assembleia da República (1983-1985) sendo que o ano do fim do seu serviço como deputado coincide com o ano da sua eleição como presidente da câmara de Condeixa.

A conclusão é que Belmiro Moita da Costa pode ter começado a vida como um filho de modestos agricultores mas pela altura que começa a sua carreira como autarca é já uma das pessoas de maior destaque do seu concelho pois desempenhava uma profissão liberal algo rara (a de professor universitário) e tinha sido eleito para o supremo órgão de soberania da nação portuguesa (a Assembleia da República).

5. Discussão

Tabela 3 – Fatores que possivelmente explicam o surgimento das dinastias de presidentes de câmara estudadas neste trabalho

Autarquias	Indicadores. Este fator existe?			
	Políticos			Socioeconómicos
	<i>Incumbency advantage?</i>	<i>Safe seat?</i>	Presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido	Origem familiar e percurso profissional do fundador dinastia é notável?
Celorico de Basto (PSD)	Sim	Sim	Sim	Não
Condeixa-a-Nova (PS)	Não	Sim	Não	Sim
Ponte de Lima (CDS)	Sim	Sim	Não	Sim
Ourém (PSD)	Sim	Sim	Não	Não

Toda a discussão feita até aqui culmina na elaboração da Tabela 3 que pode parecer simples mas que contém a informação necessária a cumprir o nosso objetivo de identificar potenciais causas do surgimento de dinastias de presidentes numa mesma câmara. Utilizando o método da concordância (Skocpol & Somers, 1980 p. 184) podemos verificar que nenhuma dos indicadores utilizados neste trabalho se verificam em todas as dinastias estudadas.

O único fator que é comum a todas as dinastias em estudo é o do *safe seat* que vem, no entanto, com o ‘asterisco’ da consideração que foi feita para Ourém (ver página 26).

No que diz respeito à *incumbency advantage* esse indicador apenas não se verifica em Condeixa-a-Nova, município em que o fundador da dinastia não serviu (pelo menos três mandatos) mas que foi mesmo assim reeleito pelo que uma definição mais ‘generosa’ de vantagem do incumbente poderia levar à existência de um segundo fator presente em todas as dinastias.

De seguida, podemos verificar que a *presença do fundador da dinastia na estrutura oficial do partido* não se deu num contexto formal como seria de esperar com base nos trabalhos de Chhibber, (2009), Amundsen (2016) e Dal Bó et al (2009). A expectativa era encontrar os fundadores das dinastias em cargos partidários importantes na hora do seu familiar se tornar no candidato à câmara mas tal apenas se verificou em Celorico de Basto (Entrevista #3). Já em Ponte de Lima, a influência do fundador da dinastia Abreu de Lima foi descrita pelo irmão e sucessor (Entrevista #2) mas nunca em termos oficiais. Em Ourém, o pai do segundo autarca Coutinho Albuquerque tinha, pela admissão do próprio filho (Entrevista #1), abandonado todos os cargos partidários muitos anos antes do filho

começar sequer a carreira política. Em Condeixa-a-Nova também não é possível identificar influência do fundador da dinastias de um ponto de vista formal uma vez que, tal como Ourém, a carreira política do segundo membro da dinastia começou apenas após o fim do envolvimento do fundador em atividades políticas/partidárias. Isto pode também dever-se à forma como este indicador foi definido: parte-se do princípio que as dinastias são planeadas pelos seus próprios (aspirantes a serem) fundadores ou seja que são designs proativos mas é também possível que as dinastias sejam coincidências, como postulam Fiva & Smith (2018) quando notam que de facto existe um efeito de “autotratamento” por parte dos políticos que acumulam reeleições mas que isso não é de todo transmissível aos seus eventuais sucessores.

Por último, o indicador da *origem familiar e percurso dos autarcas* que viriam a fundar dinastias mostra-nos dois casos de indivíduos que tinham feito um caminho mais ou menos ilustre pelas suas próprias iniciativas (Ourém e Celorico de Basto) e/ou por virem de uma família conceituada (Ponte de Lima) e um outro, de Ourém, que de forma surpreendente para o próprio (Mediatejo.net, 2021) foi convidado a ser o candidato do PSD à câmara apesar de ser delegado escolar filho de pais pobres. É certo que os autarcas de Celorico de Basto e Condeixa-a-Nova eram das profissões liberais (professor e economista, respetivamente) e que o de Ponte de Lima era um prestigiado administrador empresarial e colonial mas entre todos os fundadores das dinastias analisados não se podem contar propriamente aristocratas, grandes latifundiários ou figuras que desempenharam funções políticas no Estado Novo. Mais longe da *melhor manteiga* da sociedade (Hess, 1966) estamos perante homens que no inaugurar da democracia se esforçaram para atingir um estatuto que até então não era conhecido nas suas famílias.

Conclusão

Este projeto foi iniciado com os objetivos de mapear as dinastias de presidentes de uma mesma câmara do Portugal democrático e posteriormente responder à pergunta de partida: “o que explica a ascensão de dinastias presidenciais autárquicas no Portugal pós-1976?”.

Em relação à questão do mapeamento, a utilização de um método original de constatação de partilha de apelidos entre autarcas numa mesma câmara posteriormente confirmados com recurso ao contacto com fontes primárias permitiu identificar dinastias em 11 municípios continentais portugueses ou 3,95% de um total de 278 (reafirmando que Madeira e Açores com os seus 30 municípios não foram incluídos neste estudo). As dinastias políticas foram identificadas apenas num número reduzido de autarquias, em parte porque nos cingimos aos órgãos executivos municipais. Poderá haver mais casos em assembleias municipais, juntas de freguesia ou até dinastias de vereadores de câmara mas estudar o fenómeno do dinasticismo nesses órgãos não é o objetivo desta dissertação. Devemos também sempre ter em mente que tudo aquilo de que falámos é num contexto de *nomeação*

partidária e que não existem sucessões presidenciais com sucessores escolhidos a dedo³ no contexto democrático, ou seja, ao aspirante a suceder ao pai ou irmão não basta ganhar a nomeação do partido, é necessário ganhar a subsequente eleição. Quer isto dizer que podem existir mais casos de relações familiares próximas entre candidatos de partidos (dinastias de derrotados eleitorais como os Le Pen nas presidenciais franceses, por exemplo) mas tal matéria também não diz respeito a esta dissertação.

No que toca à explicação da emergência de dinastias de presidentes de câmara trabalhei apenas quatro casos com uma boa diversidade geográfica e partidária e recorri ao método da concordância como elaborado por Skocpol e Somers (1980) de modo a verificar se os indicadores escolhidos, com base na literatura, seriam explicativos deste fenómeno. Esses indicadores são (I) a câmara ser um *safe seat*, (II) a *incumbency advantage* do fundador da eventual dinastia, (III) a influência oficial do fundador da dinastia na escolha do seu familiar como candidato na próxima eleição e (IV) o currículo do fundador da dinastia antes de ser presidente da câmara.

Ao olhar novamente para a Tabela 3 podemos constatar que apenas o indicador do município das dinastias ser um *safe seat* é transversal a todos os municípios estudados (ver página 26).

O indicador de *incumbency advantage* apenas não se verifica numa das câmaras: o autarca fundador da dinastia de Condeixa-a-Nova não conseguiu o mínimo de três mandatos necessário para se considerar a presença deste fator mas conseguiu mesmo assim dois mandatos.

A *influência dos fundadores de dinastias numa capacidade oficial* – medida pela sua participação em órgãos do partido – verifica-se apenas numa das quatro câmaras, a de Celorico de Basto. Isto pode parecer surpreendente mas devemos ter em conta que “influência” ou “capital político” são conceitos difíceis de medir e mais ainda em termos oficiais como cargos num partido político. Para mais, este meramente nos indica se o fundador da dinastia tem origens mais ou menos humildes pelo que a resposta pode ser tanto “sim” como “não” e ambas as respostas confirmarem a existência de uma dinastia sem prejuízo de isso ser explicativo.

Por último, as dinastias autárquicas portuguesas não são em larga medida fundadas pela “nata da nata” (Hess, 1966) no que diz respeito a grandes estatutos sociais, detenção de propriedades ou linhagens prestigiosas. Este ponto é, como tal, mais uma contribuição para o campo de estudo das dinastias políticas que sublinha a resiliência social do fenómeno: independentemente do nível de desenvolvimento e do tipo de regime de uma nação haverá sempre dinastias políticas

Assim, é possível afirmar que as dinastias de presidentes de uma mesma câmara no Portugal democrático, em linha com a literatura (Dal Bó et al, 2009; Rossi, 2014; Fiva & Smith, 2018), são melhor previstas pelo município que controlam ser sucessivamente ganho por um mesmo partido (*safe*

³ Aquando da nossa definição original está explicitado que são trabalhadas apenas dinastias de presidentes *eleitos*. Como tal, um hipotética sucessão familiar em que o filho ou irmão do presidente é o seu vice presidente e lhe sucede aquando da sua renúncia ou destituição não é contada aqui.

seat) e o fundador da dinastia ser reeleito pelo menos uma vez (*incumbency advantage*). Não obstante, as dinastias parecem poder ser formadas tanto por pessoas de linhagens prestigiosas como por outras (debate Mendoza et al, 2013 vs Acemoglu & Robinson, 2007) e tanto por indivíduos que começam as suas carreiras políticas anos após a saída de cena do seu familiar (Ourém e Condeixa-a-Nova) e aqueles que têm um parente como impulsionador, seja numa capacidade oficial (Celorico de Basto) ou não (Ponte de Lima).

É crucial ter em mente que as referências literárias citadas para justificar os indicadores utilizados neste estudo são largamente quantitativos e dizem respeito à *probabilidade* de formar uma dinastia consoante o número de reeleições ou a estrutura do partido. Esta dissertação, por outro lado, é um trabalho comparativo de um número muito reduzido de casos que conclui que uma dinastia pode sempre ser formada sem ter a combinação de fatores de que outra desfrutou. Serve este trabalho então para encorajar mais estudos quer de casos singulares quer comparativos de modo a termos uma melhor compreensão do fenómeno do dinasticismo político em todos os níveis. Deve também ser lembrado que quaisquer conclusões sobre o fenómeno das dinastias políticas nas autarquias políticas expostas neste trabalho foram atingidas com recurso ao estudo de apenas quatro das nove dinastias de presidentes da câmara identificadas neste país em democracia. Futuros investigadores poderão, com mais tempo e recursos, investigar sobre as câmaras de Mesão Frio, Figueira de Castelo Rodrigo, Sátão e Lousã.

Por último, gostaria de tecer algumas considerações sobre as dificuldades encontradas ao longo da elaboração da tese, nomeadamente no que toca à recolha de informação. A informação disponível para consulta pública e em formato digital, sobre o funcionamento e das estruturas partidárias locais é parca. Foram inúmeros os problemas e entraves no decorrer desta pesquisa no que diz respeito à obtenção de dados oficiais referentes ao percurso profissional dos autarcas e da composição dos órgãos partidários a nível concelhio, ao longo dos anos. Muita da informação nesta dissertação, nomeadamente no que diz respeito à vida dos autarcas, teve de ser compilada através de fontes alternativas (ex. notícias) disponíveis online e entrevistas com os autarcas visados. De modo a mapear o percurso dos dinastas foram utilizadas diferentes fontes de informação, nem todas com a fiabilidade e qualidade desejadas.

Não obstante não me tenha sido possível estudar todas as dinastias políticas, foi possível, através de estudos de caso, e com suporte na literatura de referência, identificar um conjunto de fatores explicativos da emergência das dinastias políticas. Existe espaço para um estudo mais aprofundado deste fenómeno, a nível local e regional, eventualmente alargado a outros países europeus onde o familismo e o nepotismo são características marcantes da cultura política.

Bibliografia

- Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2008). Persistence of Power, Elites and Institutions. *The American Economic Review*, 98 (1), 267-293
- Almeida, Maria Antónia Pires (2013). O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos, 1936-2012, Lisboa, Leya.
- Amundsen, I. (2016). Democratic dynasties? Internal party democracy in Bangladesh. *Party politics*, 22 (1), 49-58. DOI: 10.1177/1354068813511378
- Antas, L. (2015). *Profissionalização política do autarca em Portugal: a relevância do desempenho do cargo de dirigente partidário local na carreira política autárquica* (dissertação de mestrado). ISCTE-IUL. Lisboa
- Brownlee, J. (2007). Hereditary Succession in Modern Autocracies. *World Politics*, 59 (4), 595-628. DOI: 10.1353/wp.2008.0002
- CDS-PP (2021). *Estatutos CDS-Partido Popular*. Consultado em 26 de outubro de 2021. Disponível em https://www.cds.pt/assets/estatutos_aprovados_no_xxv_congresso_-_janeiro_2014.pdf
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1976. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1976>
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1979. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1979>
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1982. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1982>
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1985. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1985>
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1989. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1989>
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1993. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1993>
- Comissão Nacional de Eleições (2021). Eleições Autárquicas 1997. Consultado em 27 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-1997>
- Dal Bó, E., Dal Bó, P. & Snyder, J. (2009). Political Dynasties. *Review of Economic Studies*, 76 (1), 115-142
- Fiva, J. & Smith, D. M. (2018). Political Dynasties and the Incumbency Advantage in Party-Centered Environments, *CESifo Working Paper*, No. 5757. Disponível em <https://www.econstor.eu/handle/10419/128461>
- Galasso, V. & Nannicini, T. (2015). So Closed: Political Selection in Proportional Systems. *CEPR Discussion Paper No. DP10514*
- Gallagher, M. (1985). Social Backgrounds and Local Orientations of Members of the Irish Dail, *Legislative Studies Quarterly*, vol. 10, no. 3, pp. 373-394
- Gallagher, M. (2003). Ireland: Party Loyalists with a Personal Base, in *The Political Class in Advanced Democracies*, eds J. Borchert & J. Zeiss, Oxford: Oxford University Press, pp. 187-202
- Geddes, B. (1990). How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection Bias in Comparative Politics. *Political Analysis*, 2, 131-150. <http://www.jstor.org/stable/23317768>

- Geys, B. & Smith, D. M. (2017). Political Dynasties in Democracies: Causes, Consequences and Remaining Puzzles. *The economic journal*, 127 (10), 446-454
- Gunther, R., & Diamond, L. (2003). *Species of Political Parties*. *Party Politics*, 9(2), 167–199. doi:10.1177/13540688030092003
- Hazan, Y. R. & Rahat G. (2006). Candidate Selection: Methods and Consequences, in Richard S. Katz e William Crotty. (Eds.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 109-121~
- Hess, Stephen. (1966). America's Political Dynasties: From Adams do Kennedy. *Doubleday and Company, Inc*
- Holt, R. & Turner, J. (1970). The Methodology of Comparative Research. *Free Press*. doi:10.1017/S0048840200013630
- Huntington, S. (1966). Political Modernization: America vs. Europe, *World Politics*, 18 (3), pp. 378-414
- Jornal de Codessoso (2008). *Grande entrevista - Dr. Joaquim da Mota e Silva*. Consultado em 22 setembro 2021. Disponível em <https://jornalocodessoso.blogspot.com/2008/05/grande-entrevista-dr-joaquim-da-mota-e.html>
- Kenawas, Y. (2015). The Rise of Political Dynasties in a Democratic Society. *Arryman Fellow Research Paper*. *Research Gate*.
- King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. *Princeton University Press*.
- Kurtz, D. (1989). The political family: A Contemporary View. *Sociological Perspectives*, 32 (3), 331-352, Pacific Sociological Association ISSN 0731-1214
- Labonne, J., Parsa, S. & Querubín, p. (2019). "Political Dynasties, Term Limits and Female Political Empowerment: Evidence from the Philippines," NBER Working Papers 26431, National Bureau of Economic Research, Inc.
- Leijenaar, M., and Niemöller, K. (2003). 'Netherlands: Political Careers between Central Party Dominance and New ', in *The Political Class in Advanced Democracies*, eds J. Borchert & J. Zeiss, Oxford: Oxford University Press, pp. 259-277
- Lijphart, A. (1975). The Comparable-Cases Strategy in Comparative Research. *Comparative Political Studies*, 8 (2), 158–77. <https://doi.org/10.1177/001041407500800203>
- Lundell, K. (2004). Determinants of candidate selection. The degree of centralization, in comparative perspective. *Party Politics*, 10, 25-47
- Mediatejo.net (2017). *Ourém - O primeiro dia de Luís Albuquerque (PSD) na pele de presidente de Câmara*. Consultado em 28 junho 2021. Disponível em <https://www.mediatejo.net/ourem-o-primeiro-dia-de-luis-albuquerque-psd-na-pele-de-presidente-de-camara-reportagem/>
- Mediatejo.net (2021). *Entrevista - Mário Albuquerque, o arquiteto da cidade que há 30 anos nasceu em Ourém (c/vídeo)*. Consultado em 02 setembro 2021. Disponível em <https://www.mediatejo.net/entrevista-mario-albuquerque-o-arquiteto-de-uma-cidade-que-ha-30-anos-nasceu-em-ourem-c-video/>
- Mendoza, R., Beja, E. Jr., Venida, V. & Yap, D. (2016). Political dynasties and poverty: measurement and evidence of linkages in the Philippines. *Oxford Development Studies*, DOI: 10.1080/13600818.2016.1169264
- Mendoza, R., Beja, E., Barua, D., & Venida, V. (2012). An empirical analysis of political dynasties in the 15th Philippine Congress. *Philippine Political Science Journal*, 33, 132–145
- Mendoza, R., Beja, E., Venida, V. and Yap, D. (2013). Political dynasties and poverty: Resolving the “chicken or the egg” question. *Munich Personal RePEc Archive*
- Mény, Y. & Sured, Yves. (2002). The Constitutive Ambiguity of Populism. In: Mény Y., Sured Y. (eds) *Democracies and the Populist Challenge*. Palgrave Macmillan, Londres, 1-21. https://doi.org/10.1057/9781403920072_1

- Merriam-Webster (2021). *dynasty*. Consultado em 28 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.merriam-webster.com/dictionary/dynasty>
- Michels, R. (1911). *Political parties*. New York: Free Press.
- Ministério da Administração Interna – MAI (2021). *Eleições*. Consultado a 01 outubro 2021. Disponível em <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>
- Mosca, G. (1939). *The ruling class*. Nova Iorque: McGraw-Hill
- Parlamento.pt (2021). *Biografia – Belmiro Costa*. Consultado em 27 setembro 2021. Disponível em <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=1524>
- Parlamento.pt (2021). *Biografia – Mário Albuquerque*. Consultado em 25 setembro 2021. Disponível em <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?ID=121>
- Parsons, T. (1964). Evolutionary Universals in Society. *American Sociological Review*, 29, 339–357, New York: Free Press
- Patrikios, S., & Chatzikonstantinou, M. (2015). Dynastic Politics: Family Ties in the Greek Parliament, 2000-2012. *South European Society and Politics*
- Ponte de Lima Cultura (2021). *João Gomes de Abreu de Lima*. Consultado em 01 outubro 2021. Disponível em <https://www.pontedelimacultural.pt/as-pessoas-subpag.asp?t=paginas&pid=1602>
- Ponte de Lima Cultural (2021). *José Daniel Rosas Campelo da Rocha*. Consultado em 01 Outubro 2021. Disponível em <https://pontedelimacultural.pt/as-pessoas-subpag.asp?t=paginas&pid=1118&mpid=1075>
- PS (2021). *Estatutos do Partido Socialista*. Consultado em 26 de outubro de 2021. Disponível em <https://ps.pt/multimedia/estatutos-do-partido-socialista/>
- PSD (2021). *Estatutos e Regulamentos*. Consultado em 26 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.psd.pt/index.php/pt/estatutos-e-regulamentos>
- Querubin, P. (2016). Family and Politics: Dynastic Persistence in the Philippines. *Quarterly Journal of Political Science*, 11, 151–181
- Ragin, Charles C. (1987). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*, Berkeley.
- Rahat, Gideon e Reuven Y. Hazan. (2001). Candidate selection methods: an analytic framework. *Party Politics*, 7, 297-322
- Rais, R. (2009). Analysis: Democracy within parties. Daily Times, Lahore
- Rasmussen, J. (1966). The Implication of Safe Seats for British Democracy. *Western Political Quarterly*, 19(3), 516–529. <https://doi.org/10.1177/106591296601900306>
- Rose, R., & Mackenzie, W. J. M. (1991). Comparing Forms of Comparative Analysis. *Political Studies*, 39 (3), 446–462. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1991.tb01622.x>
- Rossi, M. (2014). Family Business: causes and consequences of political dynasties. Universidad de San Andrés
- Ruud, A. (2011). Democracy in Bangladesh: A Village View. In: Toft Madsen S, Nielsen KB and Skoda U (eds). *Trysts with Democracy: Political Practice in South Asia*. Londres e Nova Iorque: Anthem Press
- Sartori, G. (1991). Comparing and Miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, 3 (3), 243-257. doi:10.1177/0951692891003003001
- Setyaningrum, D., & Saragih, H. A. (2019). Political Dynasties and the Moderating Role of Good Public Governance. *Signifikan: Jurnal Ilmu Ekonomi*, 8 (2), 135–144. DOI: <http://dx.doi.org/10.15408/sjie.v8i2.11636>
- Skocpol, T. & Somers, M. (1980). The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, 22 (2), 174–197. doi:10.1017/S0010417500009282

Smith, D. M. (2012). *Succeeding in politics: dynasties in democracies* (Tese de Doutorado). University of California, San Diego

Tantri, P. & Thota, N. (2017). Inherent Quality or Nepotism?: Performance Analysis of Political Dynasties in a Democracy. *Indian School of Business*

Tusalem, R., Pe-Aguirre, J. (2013). The Effect of Political Dynasties on Effective Democratic Governance: Evidence From the Philippines. *Asian Politics & Policy*. 5 (3), 359–386

Van Coppenolle, B. (2020). How do political elites persist? Political selection, political inequality and empirical historical research. *French Politics*. 18, 175–188.

Weber, M. (2001). *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Routledge

Anexos

Anexo A - Entrevistas

Entrevista #1 (Ourém)

- 1. Quais são as suas origens familiares? O seu pai era algum homem importante em Ourém? Empresário, proprietário, professor? A sua família era das mais destacadas do concelho?**

Delegado escolar das escolas primárias, deputado, governador civil.

- 2. Tem algum projeto empresarial ou privado além da sua atividade política?**

Empresa de contabilidade de 20 funcionários em Ourém.

- 3. Quando se tornou no nomeado do PSD para Ourém?**

Até 2005 (quando tinha 39 anos) nunca se envolveu em política quando foi convidado pelo presidente da câmara para ser adjunto. Partido perde em 2009, seguem-se quatro anos na oposição. Perdeu em 2013 as eleições mas ficou como vereador até 2017.

- 4. Era um membro preponderante na estrutura do PSD em Ourém antes de ser indicado como candidato à câmara?**

Foi presidente em 2011 da concelhia política.

- 5. O seu pai foi importante a um nível pessoal na sua decisão de tentar tornar-se presidente da câmara? E num nível político, ou seja, tinha influência para tal escolha?**

Enquanto jovem habituou-se a lidar com o pai ser presidente. Mas o pai deixou de exercer cargos partidários quando abandonou a câmara municipal em 1999.

Entrevista #2 (Ponte de Lima)

- 1. Quais são as suas origens familiares? O seu pai era algum homem importante em Ponte de Lima? Empresário, proprietário, professor, funcionário público? A sua família era das mais destacadas do concelho? E o seu irmão?**

R: Pais ambos de Ponte de Lima e proprietários médios. Pessoalmente socialmente destacadas, “boas famílias”. Família à muito em Ponte de Lima. Pai era funcionário ultramarino em Angola.

2. Tinha algum projeto empresarial ou privado além da sua atividade política aquando de se tornar presidente da câmara de Ponte de Lima?

R: Nada. A profissão era funcionário público na área social menos um interregno de 6 anos numa empresa belga.

Irmão no ministério do trabalho e administrador celulose. Veio para Portugal no 25 de abril para dirigir outra celulose

Irmão sempre foi do CDS

3. Quando se tornou no nomeado do CDS para Ponte de Lima?

R: CDS insistiu muito que fosse o sucessor do irmão. CDS insistiu muito porque este autarca era de uma boa família e fez boas ações na vila

4. O seu irmão foi importante a um nível pessoal na sua decisão de tentar tornar-se presidente da câmara? E num nível político, ou seja, tinha influência para tal escolha?

R: Sim, Pessoas importantes para o convencer a ser candidato pelo CDS:

- Engenheiro Cristino
- ‘Sr. Matos’
- Presidente da Assembleia Geral - Engenheiro Lemos
- Presidente local do CDS - Mário Pires

Restantes ponderações de Francisco Abreu de Lima:

- Recandidatou-se como independente mas desta feita apoiado pelo PSD. O CDS na altura da eleição de 1989 estava dividido entre aqueles que apoiavam o presidente independente e outros que queriam o candidato

- Perdeu numa subsequente eleição contra o engenheiro Campelo mas ficou alguns anos como vereador e outro como membro da assembleia municipal. A estadia na assembleia municipal foi curta por estar muitas vezes contra o CDS e as suas propostas. Relações com o PSD eram difíceis sobretudo porque o presidente não tinha maioria. CDS -3, PSD – 3, PS -1 nos vereadores. Era sempre preciso ir buscar algum voto à oposição.

Entrevista #3 (Celorico de Basto)

6. Quais são as suas origens familiares? O seu pai era algum homem importante em Celorico de Basto? Empresário, proprietário, professor? A sua família era das mais destacadas do concelho?

R: Sou natural de Celorico de Basto tal como os meus pais. O meu pai foi presidente da câmara de 1989 a 2009 e anteriormente tinha sido presidente do conselho diretivo da Escola E.B 2,3 e C+S de Celorico de Basto.

7. Tem algum projeto empresarial ou privado além da sua atividade política?

R: Sim

8. Era um membro preponderante na estrutura do PSD em Celorico de Basto antes de ser indicado como candidato à câmara?

R: Sim

9. Como se tornou presidente da câmara? Ou melhor, como se tornou no nomeado do partido à câmara?

10. R: Fui proposto pelos membros da concelhia política

11. O seu pai foi importante a um nível pessoal na sua decisão de tentar tornar-se presidente da câmara? E num nível político? Ou seja, tinha influência para tal escolha?

R: Sim

12. Que outras pessoas foram importantes para a sua decisão de se candidatar à câmara?

R: Familiares, amigos e colegas da estrutura partidária

13. Quem eram os membros

a) Da mesa da Assembleia

R: Albertino Teixeira da Mota e Silva, Francisco Xavier Pinto Martins, Ana Luísa Gonçalves Bastos

b) Da Comissão Política

R: A presidente era Maria da Graça Gonçalves da Mota

Da seção do PSD de Celorico de Basto à data da sua nomeação como candidato do partido a nível local?

1) Quem eram os membros da

a) Comissão Política Distrital

R: Presidente da Comissão Política Distrital – Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa

Mesa da Assembleia Distrital: José Manuel Fernandes

Jurisdicção Distrital: José da Costa Araújo

Do PSD no distrito de Braga à data da sua nomeação como candidato do partido a nível local?

Entrevista #4 (Condeixa-a-Nova)

1. Quais são as suas origens familiares? O seu pai era algum homem importante em Condeixa-a-Nova? Empresário, proprietário, professor? A sua família era das mais destacadas do concelho?

R: Eu nasci em Coimbra, como todos da minha geração que viviam no concelho de Condeixa, e durante os primeiros anos de vida vivi na aldeia onde os meus avós nasceram, chamada Arrifana. Os meus avós eram agricultores e conseguiram como muito trabalho e perseverança que os meus pais concluíssem os estudos superiores, tendo eu vivido inicialmente na Arrifana e mais tarde em Condeixa .O meu pai é uma figura de referência do concelho pois foi o segundo presidente da câmara eleito pelo Partido Socialista depois de 1976 (1. eleições autárquicas democráticas) e durante muitos anos foi professor da faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

2. Tem algum projeto empresarial ou privado além da sua atividade política?

R: Não, nem os presidentes de câmara podem ter esse tipo de atividade, ou serem detentores de capital de empresas, assim como estão impedidos de exercer qualquer outro tipo de atividade remunerada, uma vez que estão em regime de exclusividade. Em termos profissionais sou quadro superior (economista) da IP-Infraestruturas de Portugal, S.A, desde do ano de 2000, fui professor convidado do Politécnico de Coimbra, do ISCAD-Grupo Lusófona e do ISCAC-Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e vice presidente do Instituto de Gestão Financeira e infraestruturas de Justiça (2010-2012).

3. Era um membro preponderante na estrutura do PS em Condeixa-a-Nova antes de ser indicado como candidato à câmara?

R: Desde muito novo que me interesse pela política, mais propriamente desde a disputa eleitoral entre Mário Soares e Freitas do Amaral para a presidência da república e portanto, comecei a quer participar na vida política, primeiro na faculdade e mais tarde na Juventude socialista de Coimbra e posteriormente no meu Concelho, onde fui durante cerca de oito anos, até 2009, presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Condeixa e anteriormente fundador e presidente da Juventude socialista de Condeixa.

4. Como se tornou presidente da câmara? Ou melhor, como se tornou no nomeado do partido à câmara?

R: Sempre tive interesse em participar na vida do meu Concelho e fui eleito pela primeira vez para a Assembleia Municipal em 1997 e apesar de em 2003 ter começado a trabalhar em Lisboa na IP-Infraestruturas de Portugal, S.A, nunca deixo de participar ativamente na vida partidária e política do meu Concelho, tendo sido eleito vereador em 2009, não tendo na altura assumido nenhum pelouro, mas tal não impediu a minha participação e posterior escolha como candidato à Câmara Municipal pela Comissão Política Concelhia do PS de Condeixa.

5. O seu pai foi importante a um nível pessoal na sua decisão de tentar tornar-se presidente da câmara? E num nível político? Ou seja, tinha influência para tal escolha (inserir aqui o cargo da estrutura do PS responsável pela nomeação)?

R: O meu pai teve uma enorme influência nas minhas escolhas ideológicas e por consequência nas minhas escolhas políticas desde tenra idade, tanto pelo exemplo de vida,

como pela sabedoria que soube transmitir-me. Contudo, não teve intervenção direta na minha escolha como candidato à câmara municipal, até porque já estava afastado atividade partidária. Mas evidentemente o facto de ter sido um presidente de câmara acarinhado por todos contribuiu também para o meu sucesso.

6. Que outras pessoas foram importantes para a sua decisão de se candidatar à câmara?

R: Escolha de candidatar-me à câmara Municipal, apesar de ser um objetivo e um desejo antigo, não foi fácil porque implicou não acompanhar o crescimento do meu filho, na altura com oito anos e que residia em Lisboa- onde eu exercia a minha atividade profissional na altura-, mas a compreensão dele e ajuda da restante família fizera-me dar o passo final e candidatar-me.

7. Quem eram os

a) Presidentes da Comissão Política Concelhia de Condeixa-a-Nova

- Carlos Canais

b) Membros da Mesa da Comissão Política Concelhia de Condeixa-a-Nova;

Indisponível

c) Membros do Secretariado da Concelhia de Condeixa-a-Nova

Indisponível

à data da sua nomeação como candidato do partido a nível local?

8. Quem eram os

a) Membros do Congresso da Federação de Coimbra;

b) Membros da Comissão Política da Federação de Coimbra;

c) O Presidente da Federação de Coimbra;

- Pedro Coimbra

à data da sua nomeação como candidato do partido a nível local?

(Nesta resposta constam 50 nomes, nenhum dos quais é o de Belmiro Moita da Costa)

Anexo B - Tribunal Constitucional

Ourém

Nome: Mário da Silva Coutinho Albuquerque

Nascido: 19/11/1940

De Alburitel, Ourém

Profissão principal: professor do ensino básico

Propriedade em 1999 (a quando deputado da Assembleia da República)

- Imobiliário

- Uma propriedade urbana: com 5 subunidades
- Uma propriedade rural com 9 subunidades

- Automóveis

- BMW 320
- Ford Fiesta

- Contas bancárias

- Fundo de investimento: 2 333 275 escudos
- Carteira de títulos: 7 202 00
- Conta poupança, habitação: 420 000 escudos
- PPR: no valor de 808 476 escudos
- Depósito no valor de 3 007 230 escudos
- Conta no valor de 9 194 538 escudos

- Débito

- 2 514 938 escudos para a casa de família amortizado em 27 759 escudos por mês

- Rendimento da declaração aceite pelo TC a 25 de novembro de 1999

- Rendimento de prédios rústicos e urbanos: 226 459 escudos
- Rendimento de trabalho 516 400 escudos

Fim de ano

Declaração de 2002 (aquando Deputado da Assembleia da República)

- Imobiliário

- 1 prédio urbano
- 2 prédios rurais

- Automóveis

- **Idem**

- Contas

- Fundos de investimento no valor de 12 426 euros
- Depósito a prazo no valor de 16 803 euros
- Depósito a prazo no valor de 46 388 euros
- Unidades de participação no valor de 4513 euros
- Carteira de títulos no valor de 11 274 euros
- Conta poupança-habitação no valor de 2790 euros
- PPR no valor de 18 786 euros

Débito

- Crédito para construção de casa própria no valor de 9 793 euros

Declaração de 3/06/2002

- Rendimento do trabalho dependente: 53 461, 88 euros
- Pensões: 38 344, 59 euros

Fim de ano

Propriedade em 2004 (a quando Governador Civil do Distrito de Santarém)

- Rendimento do trabalho dependente: 62 771 euros
- Pensões: 39 399 euros

- Imobiliário

Idem

- Automóveis

Idem

- Contas

- Fundos caixa no valor de 12 999 euros
- Vencimentos mais no valor de 22 552 euros
- Carteira de títulos no valor de 10 895 euros
- Conta poupança-habitação no valor de 4 934 euros
- Fundo de investimento no valor de 18 501 euros
- Fundo de investimento no valor de 47 388 euros
- Fundo de investimento no valor de 4 382 euros
- Aplicação financeira no valor de 5 268 euros

- Débito

Não consta o valor

Aceite pelo tribunal constitucional a 3 de maio de 2005

Fim do ano

Declaração de 2008 (retorno a deputado da Assembleia da República – X legislatura)

- Rendimento

- Rendimentos do trabalho dependente: 21 620 euros
- Pensões: 40 869 euros

- Imobiliário

Idem

- Automóveis

Idem

- Contas

- Fundos de investimento de 60 000 euros
- Fundos de investimento: 50 631 euros
- Carteira de títulos no valor de 9 497 euros
- Ativos financeiros: 20 907 euros

- Débito

Já não tem débitos por esta altura

Aceite pelo Tribunal Constitucional a 5 de maio de 2009

Condeixa-a-Nova

Belmiro Moita da Costa

Nascido a 21/12/1946

Profissão: Economista

Natural de Sé-Nova, Coimbra

Propriedades em 1996 (Quando era Vice-presidente do CEFA)

- Imobiliário

- Casa de habitação em Condeixa-a-Nova com cave, r/c e 1º andar
- Andar em Coimbra adquirido em 1994 para habitação de seu filho Nuno
- T3 em segunda mão

- Ações

- 377 ações Santander Totta & Açores

- Automóveis

- Alfa Romeo 146-1-4
- Seat Ibiza do filho adquirido pelos avós

- Contas bancárias

- Caixagest rendimento – 500 UP com o valor de 506 950 escudos
- Obrigações SFP: 145 de valor nominal de 1000 escudos
- Conta poupança no valor de 15 445 escudos
- Conta no montante de 900 000 escudos
- Conta no valor de 2701306 escudos
- Conta no valor de 161 000 escudos
- Valor de 11 046 879 escudos
- 3 790 053 de herança escudos
- Conta no número de 7 600 903 escudos
- 2 343 698 escudos
- 193 502 escudos
- Prémio com valor líquido de 694 303 escudos

- Débitos

- Empréstimo contraído para aquisição de um T3 em Coimbra em 1995 no valor de 11 663 606

- Cargos sociais adicionais/acumulados

1994-1996: Presidente do Conselho Fiscal da Cooperativa Agrícola de Condeiax

- Rendimentos aceites pelo Tribunal Constitucional a 12/07/1996

- 5 897 892 escudos
- 556 567 escudos

Fim de ano

Propriedades em 1999 (Ainda Vice-Presidente da CEFA)

- Imobiliário

Idem

- Ações

- 600 ações BP & SM
- 82 na CIMPOR
- 335 na EDP
- 1570 na BPA

- Automóveis

Idem

- Contas bancárias

- Caixagest rendimento: 500 UIP
- Fundo de investimento com valor de mercado de 6 218 680 escudos
- Depósito bancário a 31 de novembro no valor de 227 982 escudos
- Conta no valor de 1040624 escudos
- Conta no valor de 4220519 escudos
- Conta no valor de 12453496 escudos
- Conta no valor de 37 177 473 escudos
- Conta no valor de 697 583 escudos
- PPR com importância líquidas de 1 milhão escudos

- Débitos

- Empréstimo contraído no Banco Português do Atlântico para aquisição de um andar de T3. Débito de 10 417 779 escudos

- Cargos sociais adicionais/acumulados

Idem na cooperativa (1994-2000)

Presidente do Conselho Fiscal da Associação Humanitária do Bombeiro Voluntário de Condeixa a Nova (1998-2000)

- Rendimentos aceites pelo Tribunal Constitucional a 26/12/1999

- 6 353 200 escudos em Condeixa
- 5 349 864 escudos em Coimbra

Fim de ano

Propriedades em 2002 (ainda Vice-Presidente da CEFA)

- Imobiliário

Idem

- Ações

- 82 na CIMPOR (5 euros cada)
- 1675 na EDP (1 euro cada)
- 4462 na BCP (1 euro cada)

- Automóveis

Idem mas a declaração muda o Seat Ibiza das mãos do filho para a esposa

- Contas bancárias

- Caixagest rendimento: 2499 euros
 - PPR no valor de 8000 euros
 - Conta poupança de 2701 euros
 - Caixa habitação: 3311,88 euros
 - Depósito à ordem: 43 659 euros
 - Depósito a prazo: 354 742 euros
 - Depósito a prazo: 13 402 euros
 - Depósito à ordem: 1150 euros
 - Seguro de capitalização/poupança: 13 890 euros
 - Fundo de investimento: 26 248 euros
- Débitos
- O mesmo empréstimo traduzido para 39 855 euros
- Cargos sociais adicionais/acumulados
- 1º secretário da mesa da misericórdia de Condeixa-a-Nova (2000-2002)
 - Presidente do Conselho Fiscal dos Bombeiros de Condeixa (2002-2004)
- Rendimentos aceites pelo Tribunal Constitucional a 28 de agosto de 2002
- Rendimento: 28 545 euros
 - Rendimento trabalho independente: 599 euros
 - Rendimento de capitais: 116 euros
 - Pensões: 34 706 euros

Celorico de Basto

Nome: Albertino Teixeira da Mota e Silva

Nascido a 18 de maio de 1936

Profissão de base: Professor aposentado

Natural de Celorico de Basto

Declaração de 1998 (à data Presidente da Câmara)

- Imobiliário

Inelegível

- Ações

- 325 na EDP
- 50 na Brisa
- 20 na Comundo
- 93 na Luzostela
- 942 BPA

- Automóveis

- Um Toyota Camry seu
- Um Toyota Camry igual da mulher

- Contas bancários

Nada listado

- Débitos

- Aplicação financeira na BPQ – 622 250 escudos
- Aplicação financeira na CGD – 237 330 escudos
- Dívida CGD – 2 297 632 escudos
- Dívida ao Montepio Geral – 359 887 escudos
- Dívida ao Banco “-“ – 1 164 243 escudos
- Dívida à caixa de crédito – 767 720 escudos

- Cargos sociais adicionais/acumulados

- Presidente da Cooperativa Agrícola de Celorico de Basto (desde 1997)

- Rendimento

Dos prédios:

- Do autarca: 923 388 escudos
- Da esposa: 148 121 escudos

Do trabalho:

- Como presidente da câmara: 143 015 38

Aprovado pelo Tribunal Constitucional a 3 de março de 1998

Fim de ano

- Rendimento de 2002 (ainda presidente da câmara)

- Rendimento do trabalho dependente: 10 277 999 escudos
- Pensões: 7 338 800 escudos

- Imobiliário

Bastantes mas continua impossível de ler

- Ações

- 3600 na EDP +715 da esposa
- 260 na Brisa +260 da esposa
- 1634 na Portugal Telecom + 134 da esposa
- 3099 na BCP
- 1049 títulos (não ações mas títulos) PPR/Premium U +1049 da esposa
- 20 na Comundo
- 93 na Luzostela

- Automóveis

- Toyota Camry
- Jipe Nisan
- Renault Megane

- Débito

- À CG Depósito 19 244, 05 euros
- Dívida ao BCP 7 188, 55 euros

- Cargos sociais adicionais/acumulados

- Presidente da Cooperativa de Celorico de Basto (desde 1997)

- Membro da Comissão Administrativa da “Retrat” (desde 2001)

Recebido pelo TC a 25 de fevereiro de 2002

Fim de ano

Declaração de 2005

- Imobiliário

Bastantes mas continua impossível de ler

- Rendimento

- Trabalho dependente: 56 142 euros
- Rendimento de capitais: 1 153 euros
- Mais-valias: 2 525 euros
- Pensões: 39 011 euros

- Ações

- 341,4 – PPR e Praemium + 341,4 da esposa
- 32,5 ações da EDP + 872 da esposa
- 3634 ações de Portugal Telecom
- 13 457 ações de parceiro da SGPS, SA (agência imobiliária)
- 16 672 ações de Banco Comercial Português
- 20 Comundo
- 93 Luzostela

- Automóveis

- Toyota Cambry
- Jeep-Landrover Discovery

- Débito

- Dívida ao Millenium BCP – 15 8333,48 euros por amortizar à data da entrega desta declaração
- Dívida ao Banco Espírito Santo – 42 266, 59 euros por amortizar à data da entrega desta declaração

- Cargos sociais adicionais/acumulados

- Membro do Conselho Administrativo “Rehat” (2001 a 2004)
- Presidente e Vice presidente da Assembleia da Cooperativa de Celorico de Basto (1997 a 2005, data desta declaração)

Declaração recebida pelo TC em 14 de dezembro de 2005

Fim de ano

Declaração de 2008 (um ano antes de deixar de ser presidente de câmara)

- Rendimento

- Rendimento do trabalho dependente: 27 441 euros
(Os outros rendimentos foram-se entretanto)
- Pensões: 40 467

- Imobiliário

Do autarca:

- Prédio rústico nº593 da matriz da freguesia ‘‘d’Armoia’’ 1502 da matriz de Codessoso
- ½ do prédio rústico nº 1152 da matriz de Codessoso
- ½ dos prédios urbanos nº 239, 253 e 93 da matriz de Codessoso
- prédio nº 187 da matriz urbana de Ribas
- prédios rústicos 1823, 1822, 1857 e 1834 da matriz de Ribas
- ½ do prédio urbano 871 da matriz de Britelo

Da esposa:

- Rústicos nº 802 e 686 da matriz de Gémeos
- Urbano nº107 da matriz de Gémeos
- Rústico nº 2012, 2013, 2014, 2015, 2021, 1238, 1239, 1917, 1961, 1836, 1178, 1873 e 1835 da matriz de Ribas
- Prédio urbano nº 214 de Ribas
- ½ do prédio urbano nº 871 da matriz de Britelo
- 5/6 de um mausoléu na freguesia de Gémeos

- Ações

- 20 000 ações na Sonae SGPS
- 31 618 ações na Lloyds Banking
- 15 000 ações na Barclays
- 120 000 ações na Royal Bank of Scotland
- 5300 ações na Credit Agricole, SA
- 7000 ações na Commerce Bank A6

- Automóveis

- Toyota Camry
- Jeep-Landrover Discover
- Mercedes Benz E 320 CDI a gasóleo

- Débito

- Dívida ao Banco Espírito Santo: um total de 23 608 euros ainda por liquidar aquando desta declaração em 2008

- Cargos

Parece ter deixado de exercer mais cargos

Recebido pelo Tribunal Constitucional a 27 de novembro de 2008